

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**



**ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DE MAUÉS**

SILVANA COMPTON BARROSO

**MANAUS – AMAZONAS
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SILVANA COMPTON BARROSO

**ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DE MAUÉS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, área de concentração Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

MANAUS – AMAZONAS
2010

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Barroso, Silvana Compton

B277o Organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas de Maués
/ Silvana Compton Barroso. - Manaus: UFAM, 2010.
132 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade
Federal do Amazonas, 2010.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues
Chaves

1. Movimentos Sociais 2. Organização Sociopolítica – Maués
(AM) 3. Comunidade Ribeirinha I Chaves, Maria do Perpétuo
Socorro Rodrigues II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 301.185.2(811.3)(043.3)

SILVANA COMPTON BARROSO

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DE MAUÉS

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social e Sustentabilidade
na Amazônia da Universidade
Federal do Amazonas, como parte
do requisito para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social,
área de concentração
Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovado em ____/____/ 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Simone Eneida Baçal de Oliveira. Membro
Universidade Federal do Amazonas

Profª. Drª. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Dedicatória

Aos meus pais, Raimundo Nonato e Itelvina Barroso, e a minha irmã, Suzana Barroso, que com muito amor e carinho não mediram esforços em incentivar-me nos estudos, pois sempre estiveram presentes e dispostos a colaborarem na minha formação acadêmica, dando-me forças para superar as dificuldades e conquistar meus objetivos.

Agradecimentos

A Deus, força maior do universo que, por meio de Jesus Cristo, me deu a vida e que me mantém viva.

A professora orientadora, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, que além de excelente e dedicada orientadora, foi também uma verdadeira amiga. Suas sábias palavras foram responsáveis pela motivação para a realização deste trabalho. Muitíssimo obrigada.

Aos meus familiares pelo apoio em todos os momentos da caminhada acadêmica e que acreditaram e me motivaram na realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas que me deu o suporte material e subsídio acadêmico e científico fundamental para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que contribuíram de forma efetiva, por meio dos debates em sala de aula, fornecendo-me os subsídios necessários para a concretização deste trabalho, criando as bases para a construção de novos conhecimentos.

As lideranças comunitárias das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Muçajá e Ebenézer pelas preciosas informações fornecidas para a elaboração deste trabalho, sem elas o mesmo não teria se concretizado.

A todos os membros do Grupo Inter-Ação pelo carinho, atenção e apoio dedicado na realização da minha pesquisa e na elaboração deste trabalho, que a vivência da troca de conhecimentos que construímos seja uma constante em nossas vidas.

A todas as colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que comigo vivenciaram fora e em sala de aula a troca de conhecimentos e a valiosa amizade que construímos.

A todas e demais pessoas que contribuíram de forma direta e indiretamente para a construção deste trabalho e na minha formação acadêmica, o meu profundo carinho e reconhecimento.

Muito obrigada.

*...a busca do novo não se constitui
sem que tenhamos a coragem de enfrentar
nossa própria história.*

(Guareschi, 2003:17).

RESUMO

Este trabalho consiste na análise da organização sócio-política das lideranças comunitárias na busca de acesso a bens e serviços sociais nas comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer do município de Maués/AM. Esta análise é resultado do estudo caso realizado com 05 (cinco) lideranças comunitárias da comunidade Santo Antônio de Mucajá e com 04 (quatro) lideranças comunitárias da comunidade de Ebenézer. O marco teórico deste estudo baseou-se no debate conceitual clássico e contemporâneo dos movimentos sociais, a partir da contribuição de autores clássicos como Karl Marx, Lênin, Lukács e Gramsci, e dos seguintes teóricos contemporâneos: Laclau e Touraine. Assim como no debate sobre movimentos sociais ribeirinhos, dentre os autores estudados destaca-se Kleinschmidt e Silva (1985), Scherer (1993), Souza (1996) e Chaves (2001). A metodologia utilizada foi pautada na perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético, cujos procedimentos metodológicos compreendem a conjunção de instrumentos de natureza qualitativa e quantitativa, privilegiando os de natureza qualitativa, tais como: Entrevista Semi-Estruturada, mediante a utilização de Registro Fonográfico, Observação Participante, Registro das Conversas Semi-Informais e Registro Fotográfico. O estudo foi estruturado em 03 (três) fases de execução: Na primeira fase foi desenvolvida a Pesquisa Bibliográfica, a revisão do projeto, a elaboração dos instrumentais de pesquisa, a submissão do Projeto e dos instrumentais de pesquisa ao Comitê de Ética na Pesquisa. Na segunda fase foi realizada a Pesquisa Documental (históricos, projetos, estatuto, Banco de Dados do Grupo Inter-Ação e outros), bem como a Pesquisa de Campo mediante a realização de viagens às comunidades para aplicação dos instrumentais de coleta de dados. Na terceira fase ocorreu a sistematização e a análise dos dados/informações obtidos na pesquisa, a conclusão do referencial teórico que fundamentou toda a análise. A organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer, considerando a particularidade de cada uma, se constitui como uma importante estratégia coletiva para garantia de acesso a bens e serviços sociais, pois a mesma não se constitui somente como atividades cotidianas, realizadas de maneira naturalizada, mas são também ações política e socialmente construídas a partir da tomada de consciência dos agentes sociais em relação aos seus problemas locais e da mobilização social para superação dos mesmos.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Organização Sociopolítica; Comunidade Ribeirinha.

ABSTRACT

This work is the analysis of socio-political organization of community leaders in seeking access to goods and social services in riverside communities of St. Anthony Mucajai Ebenezer and the municipality of Maués / AM. This analysis is the result of case study conducted with 05 (five) community leaders from the community of St. Anthony Mucajai and 04 (four) community leaders from the community of Ebenezer. The theoretical framework of this study was based on the conceptual discussion of classical and contemporary social movements, from the contribution of classic authors such as Karl Marx, Lenin, Lukács and Gramsci and contemporary theorists of the following: Laclau and Touraine. As in the debate on social movements riparian, among the authors studied stands Kleinschmidt and Silva (1985), Scherer (1993), Souza (1996) and Clark (2001). The methodology was based on the critical perspective of historical and dialectical materialism, whose procedures include the combination of methodological tools for qualitative and quantitative nature, focusing on qualitative, such as: Semi-Structured Interview, by using phonographic record, Observation Participant Registration of Semi-Informal Conversations and photographic records. The study was structured in three (03) phases of implementation: In the first phase was developed to Library Research, a review of the project, the development of research tools, submission of the Project and the research instruments to the Ethics Committee on Research. In the second phase was carried Research Documentary (historical projects, status, Database Group Inter-Action and others) and the Field Research by conducting trips to communities for implementation of the instruments for data collection. In the third phase was the systematization and analysis of data / information gathered during the research, the conclusion of the theoretical reasons that the whole analysis. The sociopolitical organization of coastal communities of San Antonio and Mucajai Ebenezer, considering the particularity of each one, whether it constitutes an important collective strategy to ensure access to goods and social services, because it is not only how everyday activities, carried out naturalized, but also actions are politically and socially constructed from the awareness of social agents in relation to their local problems and social mobilization to overcome these.

Keywords: Social Movements; Sociopolitical Organization, Riverside Community

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do Estado do Amazonas.....	70
Figura 02 - Mapa do município de Maués.....	70
Figura 03 – Vista Frontal do Município de Maués.....	70
Figura 04 - Floresta Estadual de Maués.....	77
Figura 05 - Acrocomia aculeata (Árvore do Mucajá).....	81
Figura 06 – Vista Frontal da comunidade Santo Antônio de Mucajá.....	82
Figura 07 - Vista Frontal da Comunidade de Ebenézer.....	89
Figura 08 – Organograma da Relação entre entidades comunitárias, no interno e externo à comunidade de Mucajá.....	117
Figura 09 - Organograma da Relação entre entidades comunitárias, no interno e externo à comunidade de Ebenézer.....	120
Figura 10 – Elementos Constitutivos e Instituintes da Organização	125

LISTA DE SIGLAS

AMBEV - American Beverage Company

ASCASAM - Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá

BASA - Banco da Amazônia

CEAM - Companhia Energética do Amazonas

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

DSI - Departamento de Saúde Indígena

GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués

PSV - Time de Futebol Vencedor

Resex - Reservas Extrativistas dos seringueiros e castanheiros

SAAE - Serviços Autônomo de Água e Esgoto

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas

SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural

UC - Unidade de conservação

UMM – União de Mães de Mucajá

PSV – Time de Futebol para Sempre Vencedor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - Organização e Luta Social: movimento social Contemporâneo.....	18
1.1. Marco teórico clássico e contemporâneo dos movimentos sociais	20
1.2. Movimentos Sociais na América Latina.....	34
1.3. Movimentos Sociais no Brasil	36
1.4. Movimentos Sociais no Meio Rural Amazônico.....	42
Capítulo II – Comunidades, <i>locus</i> de constituição das organização e luta social...	48
2.1. Comunidade: definição conceitual	50
2.2. A organização sociopolítica no contexto comunitário.....	61
2.3. Comunidade Ribeirinha: singularidades da dinâmica organizativa.....	62
Capítulo III – Organização sócio-política e cultural nas comunidades ribeirinhas de Maués/AM.....	80
3.1. Formação sociohistórica das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer	81
3.2. Perfil das lideranças comunitárias das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.....	90
3.3. Dinâmica organizativa das entidades comunitárias das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.....	101
3.4. As relações sociais e as estratégias de mobilização sociopolítica das lideranças comunitárias nas comunidades Santo Antônio de Mucajá.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a diminuição da visibilidade dos movimentos sociais nos grandes fóruns de debates, se comparado aos debates realizados na década de 80, parece denunciar a redução do interesse da comunidade acadêmica às novas estratégias de luta dos antigos e dos novos movimentos sociais.

No contexto do debate sobre os movimentos sociais, as produções teóricas sobre os movimentos sociais rurais são ainda mais reduzida, em comparação aos debates realizados sobre os movimentos sociais no meio urbano. E os poucos estudos realizados apontam para a necessidade da ampliação e aprofundamento dessa discussão sobre os movimentos sociais rurais no contexto amazônico, em razão da região amazônica possuir uma diversidade sociocultural articulada a uma rede de relações sociopolíticas que se correlacionam e se interpõem, formando assim uma complexa organização sociopolítica cujas alianças políticas saíram do plano local e passaram a serem articuladas as mobilizações sociopolíticas de alcance globais.

Neste sentido, com objetivo de colaborar para a ampliação do debate sobre a organização sociopolítica no interior das comunidades ribeirinhas da Amazônia, o presente estudo consiste em analisar as estratégias de organização sociopolítica desenvolvidas pelas lideranças comunitárias para o acesso a bens e serviços sociais nas comunidades ribeirinhas Ebenézer e Santo Antônio de Mucajá em Maués/AM.

Conhecer as estratégias sociopolíticas de mobilização das lideranças comunitárias no acesso a bens e serviços, no contexto interno e externo às comunidades citadas; Analisar as relações sociais e a dinâmica organizativa das lideranças comunitárias no contexto interno e externo às referidas comunidades; Identificar as

semelhanças e diferenças na modalidade de organização sociopolítica das lideranças comunitárias existentes entre referidas comunidades.

A pertinência de retomar o debate sobre as organizações sociais da sociedade civil no contexto acadêmico atual se expressa pela própria trajetória sociohistórica de lutas sociais e políticas, nas quais diversos movimentos sociais resistem e outros emergem, se ampliando e tomando novas configurações sociopolíticas e diferenciadas estratégias políticas de atuação e de mobilização.

Os estudos realizados sobre a região amazônica concentram seus debates na dimensão ambiental e sociocultural, poucos vêm se dedicando a dimensão sociopolítica, principalmente no meio rural. Neste sentido, o debate sobre a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas amazônicas é relevante do ponto de vista acadêmico e científico, porque há necessidade ampliar os estudos sobre a organização sociopolítica das lideranças comunitárias para a produção de conhecimentos e de referenciais teóricos que possibilitem uma leitura e subsidiem para uma intervenção mais coerente com necessidades e interesses dos agentes sociais ribeirinhos da Amazônia.

Esta proposta de estudo é relevante do ponto vista social, pois se trata da produção de um novo conhecimento sobre a organização sociopolítica dos agentes sociais ribeirinhos, buscando apresentar as suas estratégias de mobilização e de reivindicação por acesso a bens e serviços e, a partir delas, formular subsídios técnicos e científicos que possam ser utilizados para a estruturação de diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento socioambiental efetivamente sustentável para a região Amazônica.

Esta proposta de pesquisa está vinculada aos estudos que estão sendo realizados pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia - Grupo Inter-Ação¹, no projeto de pesquisa intitulado *Estudo das Formas de Manejo dos Recursos Naturais e do Acesso às Políticas Públicas pelas Populações Ribeirinhas de Maués/AM*, Edital 50/CNPq. O objetivo deste estudo centra-se em contribuir para os estudos das práticas e saberes adotados pelas populações ribeirinhas no manejo dos recursos naturais e para conhecer as condições de acesso às políticas públicas de Assistência e Previdência em Maués/AM, fornecendo informações sobre a organização sociopolítica das lideranças comunitárias das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.

Este trabalho consistiu num estudo analítico e comparativo sobre a organização sociopolítica das lideranças comunitárias na busca de acesso a bens e serviços sociais, no âmbito interno e externo às comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer do município de Maués/AM. Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram pautados no aporte teórico e metodológico da perspectiva crítica do Materialismo Histórico e Dialético.

Neste estudo, a abordagem aos agentes sociais envolvidos ocorreu por meio da utilização de técnicas e instrumentos de natureza qualitativa e quantitativa. Estas duas modalidades técnicas de pesquisa foram implementadas em caráter de complementaridade, privilegiando os instrumentos de natureza qualitativa.

¹Grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o mesmo vem desenvolvendo ações de pesquisa e extensão em 05 (cinco) comunidades ribeirinhas (Santo Antônio de Mucajá, Ebenézer, Acoera, Vila Darci e Monte Sinai), localizadas no rio Parauari, no Município de Maués/AM, constituindo-se como campo piloto de pesquisa para o grupo desde 2001.

Quanto à abrangência, este estudo se configurou como um Estudo de Caso, tendo em vista que a mesma consistiu num estudo da organização sociopolítica das lideranças comunitárias em 02 (duas) comunidades ribeirinhas do município de Maués.

Em relação ao envolvimento do pesquisador, esta pesquisa foi de natureza participante. A razão pela escolha desta modalidade de pesquisa corresponde à possibilidade de obter informações *in loco* e de acompanhar o desenvolvimento das ações dos pesquisados, participando das reuniões e encontros das lideranças e no cotidiano da vida comunitária.

A pesquisa foi realizada no município de Maués em razão de ser um Campo Piloto de pesquisa do Grupo Inter-Ação desde 2001. As comunidades foram selecionadas pelos seguintes critérios: a comunidade Ebenézer foi selecionada em razão de ser *locus* de atuação do Grupo Inter-Ação desde 2002, localizada na Floresta Estadual de Maués, além de ser uma das comunidades mais recentes é uma das comunidades referência em participação em mobilizações políticas. A comunidade de Mucajá foi também selecionada por ser *locus* de atuação por ser um Grupo Inter-Ação desde 2005, por ser uma das comunidades ribeirinhas mais antigas do município, esta localizada no entorno da Floresta Estadual de Maués e ser a comunidade Pólo do Rio Parauari;

O universo da pesquisa compreendeu, na comunidade Santo Antônio de Mucajá, 15 (quinze) organizações comunitárias, a proposta deste estudo era abranger destas quinze organizações. Todavia a pesquisa restringiu-se a 05 (cinco) lideranças, pertencentes - as organizações locais. Na comunidade Ebenézer o estudo foi realizado com 04 (quatro) lideranças da comunidade.

Quanto à seleção desses líderes comunitários foram escolhidos aqueles que desempenham funções como: presidente, coordenador e/ou dirigente da organização comunitária. Quanto aos critérios de inclusão referentes aos sujeitos da pesquisa na comunidade, foram definidos os seguintes: pertencer ao núcleo comunitário, *locus* da pesquisa; ser indicado/reconhecido como liderança pelos demais comunitários, independente de gênero e de idade.

Para o alcance deste propósito foram desenvolvidas as seguintes técnicas de coleta de dados na pesquisa de campo: Entrevista Semiestruturada; Observação Participante (sistemática e direta); Conversas Semiformais; Registro Fotográfico e Registro Fonográfico.

Para fins didáticos de compreensão e de desenvolvimento, este o estudo foi estruturado em 03 (três) fases de execução, interligadas entre si e organizadas do seguinte modo:

- Fase I: Esta fase constituiu na realização da Pesquisa Bibliográfica, na revisão do projeto, na elaboração dos instrumentais de pesquisa, na submissão do Projeto e dos instrumentais de pesquisa ao Comitê de Ética na Pesquisa e na qualificação do projeto.
- Fase II: Nesta fase, foi desenvolvida a Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo. A Pesquisa Documental ocorreu por meio da consulta aos documentos (históricos, projetos, estatutos e outros) que descrevem a conjuntura sócio-histórica das organizações comunitárias em que estão inseridos os produtores rurais. A Pesquisa de Campo foi desenvolvida mediante a realização de viagens às comunidades para a obtenção de informações sobre a organização sócio-

política e cultural junto aos produtores rurais das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.

- Fase III: Nesta fase, foram realizadas a sistematização e a análise dos dados/informações coletadas na pesquisa de campo. Estas atividades foram acompanhadas da análise de conteúdo dos relatos líderes comunitários entrevistados, organização dos quadros e dos gráficos, bem como a consolidação do referencial teórico e dos resultados da pesquisa.

Para fins didáticos de exposição dessa abordagem, este trabalho está dividido em três capítulos, estes estão ordenados do seguinte modo:

No primeiro capítulo se realiza uma reflexão sobre os principais elementos dos movimentos sociais, destacando a práxis social em sua dimensão política, histórica e cultural, a partir da abordagem dos estudos considerados clássicos e dos novos debates sobre esta temática.

No segundo capítulo se apresenta o debate acerca da organização sociopolítica no contexto rural amazônico, destacando as mobilizações sociopolíticas nas comunidades ribeirinhas.

No terceiro capítulo se expõe os resultados da análise da organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas de Maués/AM. Neste capítulo se apresenta: 1) o panorama sociohistórico e organização cultural e política do município de Maués e das comunidades ribeirinhas Santo Antônio Mucajá e Ebenézer; 2) o perfil das lideranças comunitárias envolvidas no estudo; 3) a análise da dinâmica da organização sociopolítica das comunidades, as relações sociais e das estratégias mobilização sociopolíticas das lideranças comunitárias para o acesso a Bens e Serviços Sociais, no

contexto interno e externo às comunidades estudadas; 4) as semelhanças e diferenças na modalidade de organização sociopolítica das lideranças comunitárias existentes entre as comunidades abrangidas pelo estudo.

Nas considerações finais se discute a dinâmica da organização sociopolítica das comunidades, as relações sociais e das estratégias mobilização sociopolíticas das lideranças comunitárias para o acesso a Bens e Serviços Sociais, no contexto interno e externo às comunidades estudadas.



CAPÍTULO I

Organização e Lutas Sociais: movimentos sociais contemporâneos

*Não é o retorno do sujeito
porque ele nunca partiu. Ele
sempre esteve lá – não somente
como substância, mas como
autor da história.
(CASTORIADIS, 1990).*

Capítulo I – Organização e Lutas Sociais: movimentos sociais contemporâneos

Introdução

Este capítulo objetiva realizar uma reflexão sobre os principais elementos dos movimentos sociais, destacando a práxis social em sua dimensão política, histórica e cultural a partir da abordagem dos estudos considerados clássicos e dos novos debates sobre esta temática. A proposta deste debate é obter o aporte teórico necessário tomando como referência a práxis social como elemento fundamental para a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués/AM.

A relevância desta discussão se expressa pela necessidade de aprofundar e ampliar a reflexão acerca das mobilizações sociopolíticas existentes no contexto rural Amazônico, tendo em vista que neste contexto às diversas modalidades de manifestações sociopolíticas se interpõem e se correlacionam em uma rede complexa de organização sociopolítica, cujas alianças políticas estão presentes no plano local em articulação aos movimentos sociais de alcance globais. Sendo assim, para fins didáticos de exposição desse debate, este capítulo está dividido em três partes articuladas entre si e assim ordenadas:

- Na primeira parte, será apresentado o marco teórico conceitual clássico dos movimentos sociais. Para tal, será desenvolvida uma reflexão sobre os elementos teóricos fundamentais que compõe os movimentos sociais, tais como: a práxis social, a práxis política, a questão cultural e a ideologia e a dinâmica sociohistórica.
- Na segunda parte, será realizada uma discussão sobre as tendências

contemporâneas de debate sobre os movimentos sociais no contexto brasileiro. E, na terceira parte, será desenvolvida uma reflexão teórica sobre os movimentos sociais no contexto Amazônico tomando como base as categorias de análise (práxis social a práxis política, a questão cultural e a ideologia e a dinâmica sociohistórica) adotadas por autores clássicos como Karl Marx (1998), Lênin (1987), Lukács (1969) e Gramsci (1937) e autores contemporâneos Laclau (1989) e Touraine (1989) no debate sobre os movimentos. Para assim, construir os fundamentos teóricos e os elementos de análise que subsidiarão na abordagem às alianças internas e às correlações de força presentes na organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas na Amazônia.

1.1. Marco teórico clássico e contemporâneo dos movimentos sociais

A dinâmica organizativa e a luta entre classes sociais (proletária x burguesa) na sociedade capitalista se constituem como uma das temáticas centrais nos estudos das ciências sociais, sendo os movimentos sociais um dos principais objetos de análise. Com o objetivo de apresentar as principais produções teóricas sobre esta temática e de utilizá-las como base teórica na análise da organização sociopolítica das lideranças comunitárias nas comunidades ribeirinhas de Maués serão apresentados os debates dos seguintes autores clássicos: Karl Marx (1998), Lênin (1987), Lukács (1969) e Gramsci (1937), assim como a contribuição dos autores contemporâneos Laclau (1989) e Touraine (1989).

Vale destacar, que embora estes autores direcionem sua abordagem ao contexto da sociedade capitalista urbana-industrial, tratando sobre a luta de classes, todavia as categorias analíticas e explicativas construídas e/ou utilizadas pelos mesmos, tais como

a práxis social, a práxis política, a questão cultural, a ideologia e a dinâmica sociohistórica podem vir a constituírem-se elementos de análise para desvendar a organização sociopolítica comunitária. A operacionalização desta abordagem será feita com os devidos cuidados evitando assim efetuar uma mera aplicação, sem considerar as diferenças existentes em termo de contexto sociohistórico, sujeitos entre muitas outras diferenciações.

1.1.1. Perspectivas teóricas clássicas dos movimentos sociais

O debate sobre os movimentos sociais na atualidade vem assumindo novas configurações, em razão das transformações sofridas por estes movimentos no plano social, histórico e cultural. Neste contexto, há dois momentos que devem ser considerados para o desenvolvimento do debate sobre os movimentos sociais 1) de um lado o surgimento de diversificadas formas de organizações e lutas políticas e 2) de outro a diminuição da visibilidade dos movimentos sociais nos grandes fóruns de debates, se comparado aos debates realizados na década de 80.

Este fato parece denunciar a redução do interesse da comunidade acadêmica às novas estratégias de luta dos antigos e dos novos movimentos sociais. Sendo assim, é de fundamental importância o resgate das abordagens clássicas sobre os movimentos sociais para a produção da base teórica que subsidiará a análise da organização sociopolítica das lideranças comunitárias em comunidades ribeirinhas na Amazônia.

Dentre os autores clássicos que se dedicaram ao estudo dos movimentos sociais Karl Marx foi o autor que mais apresentou contribuições para a construção da base conceitual deste fenômeno social. Este autor realizou uma ampla e consistente análise crítica sobre modo de produção e organização sociopolítica da sociedade capitalista,

defendendo que a formação sociopolítica, econômica e cultural desta sociedade compreende um processo sociohistórico dialético, resultantes de continuas transformações geradas pela relação entre os homens por meio de classes sociais para reprodução social e de suas condições materiais de existência.

No que se refere à organização sociopolítica, Marx (1998) centrou sua análise no modo de produção e nas relações sociopolíticas estabelecidas na sociedade capitalista, no período que compreende a constituição da manufatura até a grande indústria. Em sua análise, o autor elabora uma crítica ao modo de produção na sociedade capitalista, defendendo que no processo de produção e de acumulação do capital são estabelecidas as relações sociais de exploração do trabalhador, a partir da extração da mais-valia, ou seja, da apropriação do trabalho não pago ao trabalhador que resulta na acumulação e na reprodução do capital.

Desta forma, Marx (1998) construiu uma visão nova e a mais aprofundada análise da organização sociopolítica e do modo de produção na sociedade capitalista que permite visualizar as contradições existentes nas relações sociais estabelecidas no processo de trabalho. Essa visão representou, na história, um projeto de revolução social com o propósito de emancipação da classe proletária, com vista à construção de um novo modelo sociedade.

O novo modelo de sociedade apresentado por Marx corresponde a um modelo de sociedade em que o homem será livre das alienações e mutilações impostas pela divisão social do trabalho existente no sistema capitalista e apto a realizar suas múltiplas potencialidades. (GORENDER, 1998).

Embora os estudos de Marx sobre os movimentos sociais tenham sido centrados na luta de classes sociais (burguesia x proletariado), em particular numa tentativa de

instrumentalizar os movimentos de emancipação da classe trabalhadora explorada no modo de produção da sociedade capitalista. Mas as categorias analítico-explicativas construídas pelo autor podem ser utilizadas como subsídio teórico para análise dos movimentos sociais atuais, sendo assim, dentre os elementos analíticos utilizados por Marx a práxis é considerada como categoria central para se compreender a dinâmica organizativa dos movimentos sociais.

a) A Práxis como categoria central de análise

No âmbito do debate teórico, a práxis constitui-se como a categoria central para análise e no âmbito da realidade é definida como o fator fundamental de transformação da sociedade e da natureza, no âmbito dos movimentos sociais de libertação da classe proletária a mesma é o principal elemento que a dinamiza. Para Marx (*apud* SCHERER, 1989), a práxis, na condição de ação transformadora realiza-se a partir de três atividades básicas, quais sejam: atividade teórica; atividade produtiva; atividade política.

- Atividade Teórica

Em relação à atividade teórica, Marx (*apud* SCHERER, 1989) afirma que a mesma se realiza a partir da articulação entre a teoria crítica e a ação prática transformadora. Esta articulação resulta num movimento de libertação da classe proletária, a partir da passagem da teoria crítica para uma práxis revolucionária em que o proletariado, nesse processo, percebe sua condição real de explorado no processo de produção das suas necessidades.

Nesse caso, a práxis, como resultado da articulação entre a teoria crítica e a ação prática, configura-se como um elemento analítico importante na análise da organização

sociopolítica comunitária, pois a organização política comunitária ocorre a partir práxis social, na qual os agentes sociais desenvolvem sua capacidade reflexão-ação-reflexão crítica diante de suas condições reais e do estabelecimento das suas relações sociais e políticas.

- Atividade Produtiva

No que corresponde atividade produtiva, Marx (*apud* SCHERER, 1989) defende que o trabalho constitui-se como categoria básica da práxis social, pois é a partir do trabalho produtivo que o homem se reproduz, transforma a si mesmo, suas relações sociais e a natureza. Esse processo ocorre porque o homem, ao produzir, constrói vínculos e relações sociais que se operam por meio da sua ação com a natureza.

Deste modo, na sociedade urbano-industrial, esta relação assume o caráter antagônico, pois se expressa a partir da luta entre classes sociais estabelecidas no modo de produção da sociedade capitalista, configurando-se como um antagonismo dos homens entre si, diferenciados por seu papel na produção. Para Marx (*apud* SCHERER, 1989) esse antagonismo somente será superado por meio da organização política da classe trabalhadora em prol de sua emancipação e tomada de poder.

- Atividade Política

Marx (*apud* SCHERER, 1989) afirma que toda a mobilização política surge a partir da identificação de interesses de classes. Para o autor, no caso da classe trabalhadora a organização política configura-se como luta social em busca de superação das condições reais de classe trabalhadora explorada no modo de produção capitalista. Esta luta social se efetiva por meio da práxis política de classe, e por sua vez

resulta na criação do movimento social e da organização de classe.

Para o referido autor, a práxis social libertadora somente se concretizará quando os agentes sociais explorados estiverem livremente associados para submeter seu controle, consciente e planejado, o modo de (re) produção da sociedade capitalista, e alcançarem uma série de condições materiais de existência (habitação, saúde, educação, transporte, dentre outros bens e serviços sociais), ao romper com a alienação do homem produtor.

Marx considerava a transformação da sociedade capitalista possível e necessária, por meio da tomada de consciência da classe trabalhadora, da organização sociopolítica desta classe, da luta revolucionária e transformação histórica do padrão existente do sistema produtivo e da lógica capitalista de sociedade.

Mediante o exposto, considera-se que as contribuições apresentadas por Marx (*apud* SCHERER, 1989) serão fundamentais para se analisar a práxis social da organização social das lideranças comunitárias rurais na Amazônia, considerando a sua dimensão ideo-política e histórica. Deste modo a práxis social configura-se como elemento essencial na análise sobre a organização sociopolítica das lideranças comunitárias nas comunidades ribeirinhas do município de Maués/AM, contudo outros elementos também merecem destaque nesta discussão, tais como: a práxis política, a questão cultural, a ideologia e a dinâmica sociohistórica.

Para a construção deste debate, os elementos analítico-explicativos elaborados por Lênin (1987), Lukács (1969) e Gramsci (1937) serão tomados como referência para que se proceda à análise da organização sociopolítica das lideranças comunitárias no meio rural Amazônico. Todavia, será necessário considerar, com devido cuidado e relativização as contribuições apresentadas por estes autores, tendo em vista que os

mesmos analisaram conjunturas sociais muito diferenciadas da que é estudada neste estudo (as lutas da classe, a relação capital-trabalho); bem como suas abordagens estão situadas num tempo histórico também diverso. No entanto, entende-se que há uma relativa atualidade em seus debates, no que se refere à discussão das categorias que serão apresentadas a seguir:

b) Práxis política

No conjunto dos autores marxistas que discutem sobre a luta de classes sociais, Lênin (1987) apresenta significativas contribuições para o debate sobre a dinâmica sociopolítica dos movimentos sociais, considerando a práxis política como principal elemento analítico. Pensador político-crítico, o autor apresenta contribuições significativas para o debate sobre os movimentos sociais ao articular em sua análise a teoria e a prática política.

Segundo Lênin (1987), a práxis política é o elemento central na dinâmica dos movimentos sociais em sua luta pela hegemonia sociopolítica. Deste modo, o autor considera que a práxis política possui o caráter revolucionário, pois faz parte do processo de organização sociopolítica do movimento social da classe trabalhadora para sua emancipação da condição classe social explorada no modo de produção capitalista.

De acordo com Lênin (1987), o de emancipação da classe trabalhadora somente se realizará a partir da relação dialética entre teoria revolucionária e prática, entre o trabalho da vanguarda e a participação do proletariado organizado em partidos políticos. Se por um lado Lênin (1987) defende a necessidade da organização e da vanguarda para a consolidação do movimento da transformação social, por outro, entende que é primordial a participação efetiva do proletariado no processo revolucionário. Assim, o

referido autor afirma a que práxis social e política são resultantes da práxis cultural, ou seja, a revolução política somente é possível se houver uma revolução cultural.

A maior contribuição de Lênin (apud Scherer, 1989) para o debate acerca dos movimentos sociais diz respeito à reflexão que o mesmo fez sobre o processo de conhecimento e de tomada de consciência crítica revolucionária. O referido autor defende que tanto o conhecimento, quanto a formação da consciência revolucionária concretizam-se a partir do agir político, ou seja, da práxis política aliada ao conhecimento da totalidade das relações sociais estabelecidas, da prática revolucionária.

Para Lênin (1987), no contexto capitalista, a classe trabalhadora não possui outra arma, senão a força de sua organização política, ou seja, a organização torna-se um instrumento fundamental de luta contra dominação do capital.

Esta organização, segundo Lênin (1987), concretiza-se por meio do movimento revolucionário. Este movimento possui como base um projeto de superação do proletariado da sua condição de classe subalterna para a condição de classe dominante.

Neste processo o autor elege os partidos políticos como mediadores entre a teoria revolucionária e a práxis política dos trabalhadores operários. Mas Lênin (1987) defende que tomada de consciência para a construção do conhecimento revolucionário surge de fora do processo de organização social, pois é trazido pela vanguarda através da dialética entre teoria e prática, entre o trabalho da vanguarda e mobilização da classe trabalhadora.

Deste modo, Lênin (1987) considera a organização social e democrática do proletariado como instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma consciência política autêntica. O autor defende que para ocorrer a tomada de consciência política é necessário o engajamento dos proletários nas diversas

modalidades de práticas políticas com o propósito de uma formação da consciência de classe, constituindo assim uma práxis de caráter revolucionário.

Apesar do debate de Lênin (1987) está pautado organização social-democrática do proletariado como movimento revolucionário, mas a contribuição do autor para a discussão da organização comunitária está presente no destaque que o mesmo faz em relação à organização social, definindo-a como mecanismo fundamental para ao desenvolvimento de uma consciência política.

Outro autor marxista que desenvolve um significativo debate sobre os movimentos sociais é Gramsci. Este autor apresenta uma visão sobre a luta de classes (entre burguesia e proletariado) que considera como elemento central para a análise dos movimentos sociais a dimensão sociocultural.

c) Dimensão sociocultural

No que se refere a dimensão sociocultural Gramsci (*apud* SCHERER, 1989) afirma que a cultura, os valores sociais e a ideologia política são eixos fundamentais para uma práxis social e política de ruptura com a estrutura social vigente, defendendo que o projeto de transformação da sociedade somente é possível a partir da passagem do “reino da necessidade” para “o reino da liberdade”.

Para Gramsci (*apud* SCHERER, 1989), todo o grupo social tem uma tradição, um passado, e o considera como o único e total passado. Sendo assim, todo grupo social ao perceber, compreender, justificar e superar a contradição existente na sua realidade terá mais possibilidades de criar uma nova história. A construção desta história somente é possível a partir de uma práxis de transformação ético e cultural, esta não ocorre de modo automático, mas por meio de relações sociais contraditórias permeadas de

conflitos, nas quais a própria dinâmica sociohistórica é o processo dinamizador das manifestações criativas e geradoras de novas forças sociais.

É nesta relação entre a teoria e a prática entre o pensar, o sentir e o agir, que Gramsci (*apud* SCHERER, 1989) destaca a complexa dinâmica em que se inserem as relações de poder ou relações de hegemonia, afirmando que a sua conquista deve ser constituída a partir de uma tomada de consciência. No entanto, o autor defende que a tomada de consciência da classe trabalhadora deve ser precedida da formação de intelectuais orgânicos, ou seja, de agentes sociais que possuam uma consciência crítica da real condição de exploração em que se encontra esta classe.

Neste sentido, para Gramsci (*apud* SCHERER, 1989) a práxis política não corresponde apenas à organização política e à prática revolucionária por parte da classe trabalhadora, mas, sobretudo, diz respeito à consolidação de uma nova cultura dos agentes sociais. Esta nova cultura pressupõe a construção de um projeto democrático de sociedade.

Deste modo, considera-se a dimensão sociocultural, trabalhada por Gramsci, como elemento analítico-explicativo imprescindível para a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas. Pois, os estudos que estão sendo desenvolvidos por diversos grupos de pesquisa na região amazônica (Grupo Inter-Ação/UFAM, NUSEC/UFAM, PNCSA, entre outros) consideram a cultura uma dimensão central na dinâmica organizativa dos grupos sociais rurais na região.

Outro autor que também debate sobre práxis sociopolítica é Lukács. Este autor desenvolve o debate sobre os movimentos sociais considerando a práxis sociopolítica e a totalidade como categorias de análises centrais neste debate.

d) Práxis sociopolítica e totalidade

No âmbito do debate sobre os movimentos sociais na sociedade Capitalista, Lukács (*apud* SCHERER, 1989) partilha da perspectiva teórica de Marx defendendo que a elaboração de um projeto de libertação da classe trabalhadora baseia-se na práxis sociopolítica, considerando a categoria totalidade como elemento central de análise.

O referido autor também centra seu debate na formação de uma consciência revolucionária para entender a dialética da transformação social, destacando a tradição sociopolítica como elemento importante para criar uma nova história, pois assim como Marx, considera que os homens fazem a história a partir das relações sociais estabelecidas e das condições concretas de sua existência.

Segundo Lukács (*apud* SCHERER, 1989), para se realizar uma análise sobre a dinâmica das relações sociais na sociedade capitalista, é necessário considerá-la em sua totalidade. Deste modo, supera-se a mera descrição da realidade concreta e passa-se perceber os interesses dos homens em coletividade. Esse interesse, de acordo com o autor, vai além do estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados pelos homens, mas se constitui também como uma consciência de sua existência na sociedade.

Para Lukács (*apud* SCHERER, 1989), a consciência que os homens podem ter em cada momento de sua existência aparece em suas relações essenciais, como algo que, subjetivamente, se justifica, a partir da situação social e histórica. Essa consciência não é a soma dos interesses individuais dos agentes sociais que formam a classe, mas a ação historicamente decisiva da classe como totalidade que é determinada, em última instância, pela consciência política e não pelo pensamento do indivíduo.

Desta forma, com base na discussão de Lukács (*apud* SCHERER, 1989) não se

pode definir a consciência restringindo apenas aos pensamentos, sentimentos ou desejos dos agentes sociais efetivamente sob as condições históricas, mas determinadas pelas situações de classe.

Por isso, o referido autor afirma que a luta social entre as classes burguesas e de proletários se reflete em uma luta ideológica na sociedade. O caráter revolucionário desta luta de classe corresponde aos interesses do proletariado em oposição à sua função para classe burguesa, que quanto mais este processo se aproxima de seu alvo, mais a consciência do proletariado se apropria de sua missão histórica de transformação.

Para Lukács (*apud* SCHERER, 1989), o proletariado somente poderá se libertar como classe quando suprimir a classe burguesa, ou seja, a verdadeira consciência de classe somente se realizará a partir da autoavaliação do proletário como agente econômico e da percepção de sua posição no jogo das forças políticas como forma de libertação, como a passagem do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade”.

Neste sentido, a contribuição de Lukács (1969) diz respeito ao debate que o mesmo realiza sobre a dinâmica das relações sociopolíticas da sociedade capitalista considerando não somente as relações de dominação da classe burguesa sobre a classe de proletários, no processo de produção capitalista, mas a tomada de consciência de classe organizada por parte do proletariado com vistas à construção de um projeto de transformação das suas condições reais de existência.

Lukács (1969), ao considerar a totalidade como elemento central na discussão sobre a dinâmica das relações sociopolíticas, destacando a organização social como resultado da tomada de consciência política coletiva diante das condições materiais de existência.

A análise realizada por Lukács sobre os movimentos sociais, embora esteja

centrada no contexto da sociedade capitalista urbano-industrial, poderá contribuir para a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués/AM ao apresentar a práxis sociopolítica e a totalidade como categorias centrais de análise. Estes elementos analítico-explicativos são fundamentais para a compreensão dos diversos processos sociais e da dinâmica organizativa dos grupos sociais nas comunidades rurais da Amazônia.

Ao tomar como referência o debate sobre a práxis social trabalhada por autores clássicos como Karl Marx (1998), Lênin (1987), Lukács (1969) e Gramsci (1937) na discussão sobre movimentos sociais, faz-se necessário apresentar a discussão dos principais teóricos contemporâneos para atualizar e ampliar a construção da base teórica que fundamentará a análise sobre a organização sociopolítica das lideranças comunitárias ribeirinhas.

1.1.2. Principais teóricos contemporâneos

No âmbito do debate sobre os movimentos sociais na contemporaneidade pode-se adotar as contribuições formuladas por dois teóricos da mesma linha de abordagem crítica da matriz marxista, quais sejam: Laclau (*apud* SCHERER, 1989) por destacar em sua produção sobre os movimentos sociais dimensão política e ideológica da práxis social e Touraine (1989) por considerar como elementos fundamentais para a análise das dimensões política e histórica dos movimentos sociais.

a) Dimensão política e ideológica da práxis social

Laclau (*apud* SCHERER, 1989) discute os movimentos sociais, destacando a importância da articulação da dimensão ideológica com a política, das interpretações

das contradições entre as classes (burguesia x proletariado) e a superação da dominação de classe, ou seja, o autor afirma que ideologicamente as lutas de classes consistem no esforço em articular as interpelações popular-democráticas. Vale destacar que o referido autor vê nesta luta a construção de uma nova sociedade baseada em um projeto de base socialista.

Laclau (*apud* SCHERER, 1989) afirma que na contemporaneidade as lutas de classe não estão mais centradas no conflito entre a classe operária e a burguesa, mas incorpora também o Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimentos Ambientais, dentre outros.

O autor afirma que no debate sobre os movimentos sociais a práxis política assume centralidade, deixando de ser uma categoria de análise somente utilizada na discussão dos movimentos sociais de classe e passa a ser considerada como um elemento analítico da organização social comunitária a práxis social e a dimensão política.

b) Dimensão política e histórica dos movimentos sociais

Outro autor de referência na discussão sobre os movimentos sociais é Touraine (1989, p. 94). Este autor considera que a apreensão da natureza política dos movimentos sociais somente é possível quando se leva em consideração o contexto histórico em que os mesmos constituem-se como agentes históricos que expressam as formas históricas *de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade social*, assim como expressam a crítica aliada às suas formas de contestação e às alternativas para criação de uma nova historicidade.

Touraine (1989) trabalha o conceito de sistema de ação histórica, definindo-o

como sistema de influência da historicidade sobre a prática social, ou seja, a sociedade é produtora de si mesma e afirma que o objetivo dos movimentos sociais opera-se na passagem da ação de defesa para a contestação do poder e da afirmação de uma identidade política coletiva para a denúncia da relação de dominação.

Portanto, para Touraine (1989) os movimentos sociais configuram-se como uma ação complexa que envolve vários elementos da ação histórica, na qual se evidencia o conflito de classes antagônicas (classe burguesa x classe trabalhadora). O autor destaca ainda que os movimentos sociais não podem ser reduzidos às reivindicações ou a soluções imediatas de problemas, pois são ações conflitantes de agentes sociais que lutam pelo controle do sistema de ação histórica, bem como não é expressão de uma contradição existente, porque os mesmos apresentam um conflito que, em última análise, é decorrente das contradições inerentes às relações sociopolíticas e econômicas presentes na sociedade capitalista.

Vale destacar que no debate de Touraine (1989) sobre os movimentos sociais, dois elementos devem ser considerados, quais sejam: o primeiro corresponde a construção das bases teóricas e o segundo compreende a sua dinâmica sociohistórica. Sendo assim, considerando o contexto sócio-histórico e a modalidade de movimento social objeto de análise de Touraine (1989) não se pode tomar como referência na íntegra o seu debate para a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués/AM, mas é importante considerar a dimensão sociohistórica e a identidade política coletiva como elementos analíticos necessários para o debate em qualquer modalidade de organização social.

Assim, de acordo com o estudo apresentado far-se-á uma breve síntese dos principais contribuições identificadas no debate dos autores:

- A práxis social como fator primordial para a organização política segundo os pressupostos construídos por Karl Marx (1998);
- O processo de conhecimento e de tomada de consciência política debatido por Lênin (1987);
- A cultura, os valores sociais e a ideologia política como elementos fundamentais para uma práxis social fundamentado nos estudos de Gramsci (1937);
- A totalidade como elemento central da análise acerca das relações sociais estabelecidas na organização sociopolítica conforme discute Lukács (1969);
- O processo sócio-histórico de emergência das entidades organizativas e suas condições materiais de existência baseado nos estudos de Touraine (1989).

Para tanto, ao tomar como referência estes elementos na elaboração do debate sobre os movimentos sociais, é imprescindível apresentar os principais elementos de análise para o debate sobre os movimentos sociais no contexto latino-americano como subsídio para obter elementos conceituais e analíticos para proceder a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués/AM.

1.2. Movimentos Sociais na América Latina

Neste item serão apresentados os principais elementos de análise para o debate sobre os movimentos sociais na América Latina, considerando a emergência de profundos debates acerca dos movimentos sociais, realizados por vários cientistas

sociais na América Latina, entre as décadas de 50 a 80, contribuiu para elaboração de novas e diferenciadas concepções sobre o tema.

Dentre os autores que se dedicam ao tratamento analítico-explicativo sobre os movimentos sociais na América Latina, têm-se Gadea e Scherer (2005). Assim como Touraine (1989), estes autores consideram como elemento central para análise dos movimentos sociais as transformações sociohistóricas ocorridas neste contexto.

Segundo Gadea e Scherer (2005), os estudos sobre os movimentos sociais de qualquer contexto social da América Latina não podem desconsiderar os difíceis impasses modernizadores que atravessaram, e ainda enfrentam os grupos sociais latino-americanos no que se refere à constituição de suas instituições políticas, jurídicas e econômicas, e ao seu processo sócio-histórico marcado de um lado pela "dependência econômica" e de outro pela "modernização política" baseada em processo de democratização política e social. Além disso, os autores destacam que poucos estudos sobre os movimentos sociais vêm realizando uma análise sobre a dinâmica sociopolítica dos agentes sociais latino-americanos, considerando a diversidade e heterogeneidade sociocultural deste contexto.

De acordo com Gadea e Scherer (2005), para se realizar uma análise sobre os movimentos sociais no contexto latino-americano é necessário considerar, além da dinâmica sociohistórica deste contexto, a posição política que os agentes sociais vêm assumindo nas relações de produção. Segundo os autores, a posição política dos agentes sociais se constitui como uma dimensão presente em toda prática social, não mais como um componente, pois assume um papel central na análise de movimentos sociais por ser compreendida como uma importante e definidora dimensão da vida social.

Para os referidos autores, os novos movimentos sociais na América Latina não

se constituem essencialmente como os movimentos sociais anteriores, organizados apenas por meio de sindicatos, partidos políticos e movimentos de trabalhadores, ou seja, por movimentos centrados na luta/confronto entre Trabalho e Capital. Estes movimentos eram definidos a partir dos seguintes elementos:

- a) A relação sociopolítica estabelecida a partir da identidade política dos atores, determinada por categorias relacionadas à estrutura social;
- b) O tipo de conflito definido por um paradigma revolucionário, por um esquema teleológico e objetivo que guiaria as lutas;
- c) Os espaços dos conflitos, os quais estariam reduzidos a uma dimensão política fechada e unitária.

De acordo com Gadea e Scherer (2005), essa análise sobre o movimento social latino-americano somente foi possível a partir de um diagnóstico particular das transformações sociopolíticas que resultam do confronto e da constituição social e histórica da problemática vivenciada na atualidade na América Latina, mas os referidos autores afirmam que não houve uma ruptura revolucionária em nível global, contudo é possível observar significativos avanços no âmbito político democrático na América Latina.

No contexto latino-americano dentre os países que apresentaram expressivas lutas sociais, no período da década de 50 a 90, destaca-se o Brasil. Neste sentido, é fundamental apresentar, embora de maneira sucinta e panorâmica, na abordagem sobre a trajetória histórica do debate sobre os movimentos sociais brasileiros, a partir da década de 50.

1.3. Movimentos Sociais no Brasil

Em particular, no Brasil, os debates ocorreram no período em que se evidenciava o processo de transformação do cenário sócio-político, em decorrência das lutas pela redemocratização do país, cujo resultado foi à ampliação e a construção de novos espaços de atuação da sociedade civil.

Dentre os autores brasileiros que se dedicaram à análise dos movimentos sociais no contexto brasileiro, destacam-se Scherer (1993) e Kleinschmidt e Silva (1985).

A contribuição de Scherer (1993) para a análise sobre os movimentos sociais no Brasil corresponde ao resgate sócio-histórico do debate que a mesma realiza nesta temática, no período que compreende a década de 50 a 90.

Scherer (1993) afirma que a produção acadêmica relativa à teorização dos movimentos sociais está sequenciada em quatro fases. Estas fases foram elaboradas com o objetivo de sistematizar a constituição do pensamento sociológico, pois no plano societal da realidade atual alguns paradigmas anteriores ainda tem força no direcionamento dos movimentos sociais e coexistem com os novos paradigmas. Deste modo, as quatro fases são apresentadas na seguinte sequência cronológica, quais sejam:

Segundo Scherer (1993), a primeira fase corresponde à década de 50. Neste período o pensamento sociológico dominante estava polarizado entre a corrente marxista (histórico e estrutural) e a funcionalista que interpretavam as formas de mobilização social como processos sociais² ou lutas de classes. Em ambas as correntes, “os processos sociais eram analisados enquanto processos de mudança global”, (Scherer, 1993, p.14) sendo que na perspectiva marxista estes eram entendidos como processos de transformação macroestrutural, e na corrente funcionalista, eles eram

²Conforme Scherer (1993), os processos sociais são ações sociais coletivas organizadas em prol de objetivos comuns.

compreendidos como processos sociais determinados pela dinâmica de modernização.

Scherer (1993) também destaca outras características marcantes na produção teórica desta fase, quais sejam: na perspectiva marxista, entendia-se que a classe social era determinada pela sua condição objetiva no processo produtivo e, por conseguinte, as lutas de classes eram analisadas a partir da contradição capital x trabalho.

Nos debates baseados nas perspectivas de autores da época, as análises dos movimentos sociais eram direcionadas para as macroestruturas sociais e política, com centralidade nas lutas de classes, nas determinações econômicas, na atuação do Estado e nos partidos políticos, pouca atenção foi direcionada aos estudos sobre a sociedade civil.

Para Scherer (1993), a segunda fase diz respeito ao período que abrange as décadas de 60 a 70. Nesta fase, as interpretações dos movimentos sociais se baseavam em novas considerações paradigmáticas que analisavam a realidade social a partir do “macro ao micro, do geral para o particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos sociais” (Scherer, 1993, p.15).

Nesta fase, evidencia-se o enfrentamento da sociedade civil à ditadura militar. Sendo assim, as análises dos movimentos sociais não se concentravam somente nas determinações econômicas, mas se direcionavam para a interpretação da multiplicidade de fatores e apresentar mais atenção à ação da sociedade civil, embora permanecessem numa análise ainda global ou macroestrutural, pois se antes o enfoque era direcionado às lutas de classe, depois cederam lugar às interpretações das lutas históricas nacionais e populares.

A terceira fase compreende a metade da década de 80. Neste período, Scherer (1993) afirma que a categoria movimento social tornou-se referência central nas

análises teóricas e nos estudos de caso. Nesta fase, as interpretações em termos de processos macrossociais foram substituídas por estudos de grupos sociais mais específicos, das microestruturas. Assim, na discussão sobre movimentos sociais passou-se a admitir que a mobilização e a participação das organizações populares fazem parte do contexto histórico-político de luta das classes sociais exploradas. Sendo assim, a categoria classe social passou a ser substituída pela categoria sujeito popular ou ator social, assim como luta de classe por movimento popular e/ou movimento social.

Tais análises passaram a considerar os movimentos populares com o maior destaque aos debates teóricos nas Ciências Sociais, contudo o enfoque analítico estava centrado nos estudos das organizações da sociedade civil no contexto urbano. Scherer (1993) assevera que os teóricos, nesta fase, consideram também alguns elementos inovadores das organizações sociais, tais como:

- a) O modo de fazer política, enfatizando-se a emergência de uma nova cultura política popular;
- b) Os movimentos de alguns grupos religiosos, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica no Brasil que empreendiam ações sociais coletivas de lutas tácitas contra as injustiças sociais;
- c) A busca revolucionária pela tomada do poder é pensada a partir das transformações culturais e políticas substantivas advindas do cotidiano dos atores envolvidos.

Entretanto, Scherer (1993) ressalta que os estudos deste período definem diferenciadamente o termo movimento social. A autora apresenta três principais enfoques divergentes entre si que definem os movimentos sociais como:

- a) processos sociais da organização civil que abrangem toda ação coletiva que possui um caráter reivindicatório ou de protesto, independente do alcance político ou cultural da luta;
- b) não é qualquer ação coletiva, *empiricamente observável*, pois se caso fosse haveria um *vazio teórico*, pois dificultaria a construção de conceitos genéricos e fragmentaria a elaboração de categorias teóricas do termo;
- c) ações coletivas de conflito que atuam na transformação da sociedade ou seguem orientações globais, objetivando a passagem de um tipo de sociedade para outra.

Segundo Scherer (1993), os movimentos sociais podem ser definidos como um conjunto de relações complexas, pois são gerados numa conjuntura social contraditória que se expressa pela dinamicidade do processo histórico, constituído de elementos culturais, assim como relacionados ao modo de produção e, principalmente, ao âmbito político.

Neste período, merece destaque a produção teórica de Heller (1992) em razão, desta autora, desenvolver um debate sobre o sistema dinâmico das categorias de atividade e do pensamento cotidiano do homem em sociedade. Segundo Heller (1992, p. 03), a história, as relações sociais, os valores e a consciência política são construídos na cotidianidade, pois segundo a autora “[...] a substância não contém apenas o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores. Por conseguinte, substância da sociedade só pode ser a própria história do cotidiano”.

Para tanto, ao tomar com referência o debate de Heller (1992) pode-se

desenvolver a análise do processo de construção sociohistórica dos movimentos sociais a partir do estabelecimento das relações sociais no cotidiano, não como um processo linear, mas sob as condições concretas dos agentes sociais em coletividade.

A quarta fase abrange a década de 90. De acordo com Scherer (1993), nesta fase destaca-se a emergência de novos temas e enfoques analíticos dos movimentos sociais, dentre eles, duas interpretações merecem destaque, quais sejam:

- Na primeira interpretação, o enfoque analítico está voltado para os processos de desorganização social que vêm ocorrendo, sobretudo devido ao crescimento urbano acelerado aliado ao processo de exclusão, a pobreza crescente, a violência, entre outros.
- Na segunda interpretação, realiza-se uma crítica aos enfoques anteriores, contudo a autora ressalta que não se trata de negar as discussões anteriores, mas de admiti-las, buscando contrapor o enfoque que considerava o “imobilismo das massas”, diante dos espaços possíveis de mobilização ao enfoque que enfatizava as novas formas de ações coletivas e os seus significados políticos e culturais.

Neste sentido, na análise sobre os movimentos sociais, Scherer (1993) ressalta que é necessário perceber: 1) a natureza de sua dinâmica, ou seja, a práxis; 2) a sua proposta de transformação, o que corresponde ao seu projeto; 3) os princípios ideológicos que orientam sua ação e 4) os meios que possibilitam a realização da práxis.

Ao tomar como base o debate de Scherer (1993) pode-se realizar uma análise crítica mais ampla sobre os movimentos sociais. No entanto, é necessário desenvolver uma discussão sobre os movimentos sociais no contexto regional, para estabelecer o

debate sobre organização sociopolítica do contexto rural amazônico.

No âmbito do debate sobre os movimentos sociais rurais Grzybowski (1991) apresenta uma profunda análise sobre os movimentos sociais rurais, enfatizando o cenário do campo e a problemática da reforma agrária.

De acordo com Grzybowski (1991), há uma diversidade de movimentos sociais no campo, dentre os quais o autor destaca quatro: o movimento de posseiros, movimento dos Sem-Terra, Movimento contra as barragens e as lutas indígenas. Para o autor, estes movimentos sociais podem não possuir um caráter de mobilização social macrossocial, mas se apresentam significativas iniciativas políticas contra a exclusão política e social e manipulação ideológica.

Um dos principais estudiosos brasileiros que se debruçou no debate sobre os movimentos sociais no meio rural é Ianni (1986), um dos primeiros autores a debater sobre a problemática na Amazônia. Este autor apresenta uma significativa contribuição para o debate sobre os movimentos sociais rurais, embora trabalhe numa perspectiva de campesinato. Segundo o autor a história dos movimentos sociais no contexto rural amazônico revela um contínuo e reiterado contraponto entre o movimento rural e o partido político urbano. Sem esquecer, no entanto, a presença de igrejas, seitas, escolas, jornais, rádio, televisão, governo e outras instituições tecendo as relações entre cidade e o campo, a indústria e a agricultura.

Um ponto importante que os autores brasileiros apresentam é que os movimentos sociais no âmbito rural na Amazônia não são problemáticas locais, mas são problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento do capital e que sofre fortes determinações pela forma de organização do modelo urbano e industrial.

1.4. Movimentos Sociais no Meio Rural Amazônico

Neste trabalho não será tratado sobre os movimentos sociais urbanos, tendo em vista o objetivo de construir as bases para a análise de um movimento social numa organização social numa comunidade rural da Amazônia, apenas os movimentos rurais na Amazônia. É importante fazer um destaque os movimentos sociais na Amazônia tem tido uma maior repercussão, comparativamente aos movimentos urbanos.

Dentre os movimentos sociais que se manifestam na Amazônia, quatro movimentos são importantes, os quais na atualidade possuem maior força de mobilização e organização, o movimento indígena e o movimento dos sindicatos rurais, no qual o movimento dos assentados está vinculado, movimento dos seringueiros e o movimento dos ribeirinhos. Neste trabalho, nesta parte do estudo será apresentado o debate sobre o Movimento Nacional de Seringueiros e Movimento Social de Ribeirinhos.

No que corresponde à articulação do debate sobre os movimentos sociais na Amazônia, Almeida (2006) e Chaves (2001) apresentam significativas contribuições para o resgate sócio-histórico dos movimentos sociais que se constituíram como principais objetos de estudos no contexto brasileiro nas décadas de 80 e 90.

A contribuição de Almeida (2006) consiste no debate sobre organização das populações rurais da Amazônia em seus territórios tradicionais, principalmente em relação conservação de sua cultura, valorização de sua cultura das formas de organização em defesa da cultura tradicional. O mesmo afirma que na década de 80 os movimentos sociais regionais avançaram das lutas empreendidas no plano local, e começam a instaurar as grandes “unidades de mobilização”, rompendo assim com o “localismo” no plano organizativo.

Almeida (2006) defende que as mobilizações sociais empreendidas pelos povos tradicionais, constituídas por uma diversidade de atores sociais, tais como: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros, extrativistas do ouricuri, a luta contra as barragens e comunidades de fundos de pasto e faxinais devem ser consideradas com devida representatividade nas análises acerca dos movimentos sociais.

Para o autor, estas modalidades de mobilizações sociais se configuram como lutas políticas que objetivam garantir o reconhecimento da sua identidade étnico-cultural, assim como, também, buscam o fortalecimento da representatividade da sua identidade cultural coletiva.

Na discussão sobre os movimentos sociais no meio rural da Amazônia outra autora que apresenta significativas contribuições sobre o debate dos movimentos sociais é Chaves (2001). A autora avança nesta discussão, pois a mesma considera que as lutas sociais implantadas pelas organizações populares no contexto amazônico incorporaram além da dimensão política (luta por direitos, por reforma agrária e política agrícola), a dimensão ambiental e a cultural (ética e étnica), a garantia de acesso a bens e serviços sociais. Assim como também, se organizam no enfrentamento de problemáticas socioambientais, dentre as inúmeras problemáticas enfrentadas pelos movimentos sociais na Amazônia destacam-se:

- a) A implantação de grandes projetos – principalmente das hidrelétricas – que repercutiram na ocorrência de impactos violentos na vida dos povos tradicionais da região Amazônica, os quais ocasionaram o deslocamento compulsório desses povos do seu território;
- b) A desapropriação dos povos tradicionais de seus territórios;

- c) A falta e a precariedade de políticas públicas voltadas para os agentes sociais no meio rural amazônico que garantam efetivamente o acesso a bens e serviços sociais (educação, saúde, transporte, habitação, dentre outros).

Segundo Chaves (2001, p.94), dentre os movimentos de maior repercussão, na década de 80, destacam-se: a constituição do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), a mobilização pela estruturação das Reservas Extrativistas dos seringueiros e castanheiros (Resex), a mobilização pela Demarcação das Terras Indígenas, a organização política dos ribeirinhos pela Reforma Aquática, o Movimento de posseiros e migrantes pela Sobrevivência na Transamazônica, o Movimento em Defesa do Desenvolvimento da Região do Tocantins, a Aliança dos Povos da Floresta (seringueiros, castanheiros, índios), Movimento contra as Barragens (índios, posseiros, ribeirinhos).

No que corresponde ao contexto regional amazônico, de acordo com Chaves (2001, p.95), no início da década de 90, ocorreram as maiores mobilizações pela Reforma Agrária na região, destacando-se o “Grito do Campo” e o “Grito da Amazônia”, o desdobramento nacional da mobilização, o “Grito da Terra Brasil”. Estas mobilizações se constituíram como a expressão do fortalecimento da organização política da agricultura familiar na região, resultando na articulação dos agentes mobilizadores entre o âmbito local e o regional e na expansão de um novo ciclo de movimentos sociais de pequenos produtores rurais na Amazônia. Além destes movimentos a autora também destaca outros movimentos sociais na região amazônica, tais como:

- a) Movimento dos Seringueiros, a conquista das Reservas Extrativistas

Este movimento é constituído por seringueiros, produtores extrativistas reconhecidos pela coleta do látex, o mesmo possui uma trajetória sociohistórica marcada pela luta de emancipação sociopolítica. Segundo Chaves (2001), o período de subordinação dos seringueiros em regime de semiescravidão, nos seringais tradicionais, durou quase um século (1870/1970). No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a falta de políticas públicas voltada para os seringueiros que lhe assegurasse melhores condições de trabalho e qualidade de vida, após a falência dos grandes seringais, alguns seringueiros se organizaram e conquistaram a condição de produtores autônomos, na constituição de um importante movimento social na região que é o Movimento Nacional de Seringueiros.

Para tanto, no final dos anos 80 os movimentos de seringueiros ganharam maior repercussão regional, nacional e internacional pela constituição e institucionalização do Movimento Nacional de Seringueiros, e passaram a exigir que nos projetos para Amazônia fosse considerado o cumprimento de cláusulas que estabeleçam o respeito às populações tradicionais e a critérios de conservação da flora e fauna da floresta Amazônica.

De acordo com Chaves (2001, p. 96), o Movimento Nacional de Seringueiros “trouxe para cena do debate uma nova forma de propriedade e gestão do solo e da floresta. A luta desses produtores centralizou-se num projeto particular de reforma fundiária, as reservas extrativistas (Resex)”. A partir da criação das Resex, os seringueiros obtiveram o reconhecimento do direito de preservar o padrão tradicional de uso dos recursos, o acesso a terra através da concessão de uso coletivo/comunitário, em recusa a propriedade privada, garantindo assim a sua permanência nos seus espaços tradicionais sem recurso ao assalariamento.

b) Movimento Social de Ribeirinhos

Na Amazônia o movimento social de ribeirinhos se caracteriza pela luta para garantir o direito ao manejo dos recursos naturais para sua reprodução material e a melhoria da qualidade de vida a partir do acesso a bens e serviços sociais (saúde, educação, transporte, dentre outros).

A organização sociopolítica do Movimento de Ribeirinhos possui sua origem na luta em prol da defesa da reforma aquática, com objetivo de proteger os lagos, os rios e os demais ecossistemas da região. Este movimento consolidou-se no Amazonas com ramificações nos demais estados da região, considerado. Dentre os principais resultados deste movimento, destaca-se a elaboração “leis consensuais” que orientaram o conjunto dos membros das comunidades, assim como as instâncias do IBAMA, pelas comunidades ribeirinhas (CHAVES, 2001).

Neste processo de mobilização pela reforma aquática, se apresenta a luta pela defesa do meio ambiente com um conjunto de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico com a finalidade de arrecadar recurso para a continuidade das práticas conservação, transformando muitas áreas habitadas em Unidades de Conservação municipal ou estadual. (CHAVES, 2001).

Segundo Chaves (2001), as principais características desses movimentos consistem na defesa da concretização das reivindicações por reestruturação fundiária a partir de investimentos na infraestrutura de bens e serviços sociais na região (educação, saúde e energia) e no reordenamento das políticas de incentivos fiscais e investimentos aos grandes projetos direcionando-as para os projetos de pequeno porte dos produtores familiares.

Dentre os movimentos sociais apresentados será considerado como referência

para análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués o debate sobre o movimento social ribeirinho, por ser uma modalidade de mobilização sociopolítica mais aproximada à organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas na Amazônia. Tendo em vista o objeto do estudo, os demais movimentos sociais que embora tenham relevância na constituição destes movimentos sociais na Amazônia, é importante que neste estudo foi realizado um recorte de tratar dos movimentos que se entende possuem uma pertinência maior em relação a organização local nas comunidades ribeirinhas que são *locus* do estudo.

Para tanto, vale destacar que no âmbito do debate dos movimentos sociais é imprescindível considerar que a organização sociopolítica do mesmo é estabelecida no patamar concreto do plano local, na qual os agentes sociais estabelecem as relações e as práticas políticas coletivas. Deste modo, na análise da organização sociopolítica das organizações comunitárias no município de Maués é imprescindível o debate sobre as comunidades como *locus* de constituição das organizações e lutas sociais.



CAPÍTULO II

Comunidades, locus de constituição das organizações e lutas sociais

Eu venho desse reino generoso, onde os homens que nascem dos seus verdes continuam cativos, esquecidos e, contudo, profundamente irmãos das coisas poderosas, permanentes como as águas, o vento e a esperança. (THIAGO DE MELLO, 1983)

Capítulo II – Comunidades, locus de constituição das organizações e lutas sociais

Introdução

A constituição dos movimentos sociais, enquanto espaço de organização política e da manifestação das lutas sociais, é fruto da organização que se efetiva no patamar concreto da comunidade local, na qual os agentes sociais estabelecem relações e práticas políticas coletivas. Deste modo, neste capítulo, buscar-se-á desvendar a organização sociopolítica local como cotidiano das práticas e das vivências organizativas em que se forjam as bases de formação e institucionalização das mobilizações dos movimentos sociais.

A pertinência desta discussão consiste em obter os fundamentos teóricos necessários para se desenvolver a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués/AM. Para tanto, será tomado como referência autores clássicos e contemporâneos que discutem o conceito de comunidade e sobre a dinâmica da articulação entre as organizações políticas comunitárias e os movimentos sociais na Amazônia.

Para fins didáticos de exposição desse debate, este capítulo está dividido em três itens articulados entre si e assim ordenados:

- No primeiro item será apresentada a definição conceitual de comunidade trabalhada por autores clássicos e pelos contemporâneos;
- O segundo item corresponde à exposição dos elementos que compõem a organização sociopolítica do contexto comunitário brasileiro;
- A terceira parte consiste no debate sobre a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas Amazônicas;
- No quarto item será apresentado o panorama sociohistórico e organização cultural e política do município de Maués.

2.1. Comunidade: definição conceitual

Este item objetiva apresentar uma breve contextualização histórica a respeito do conceito de comunidade e estabelecer o debate entre os autores clássicos e contemporâneos que discutem acerca da definição do referido termo. A relevância deste debate consiste em definir o conceito de comunidade que será utilizado como referência na análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués/AM.

A partir de 1920 o termo comunidade tornou-se uma questão relevante, alvo de inúmeros estudos principalmente nos Estados Unidos. No quadro dos autores que trata da definição do termo comunidade destaca-se os estudos elaborados por Souza (1996). A mesma define comunidade tomando como referência a concepção grega de cidade, na qual a *pólis* é concebida como uma comunidade em que os assuntos eram tratados como interesse coletivo.

A autora defende em seu debate que no contexto comunitário são estabelecidas as relações e correlações de força estabelecidas pelos agentes sociais. Vale destacar, que com o surgimento das metrópoles e a expansão do cenário urbano a identidade comunitária passou a ser característica das aglomerações sociais no meio rural. Este fenômeno foi resultante da própria dinâmica do sistema capitalista, que gerou profundas transformações no âmbito da produção e do social tanto nos contextos urbanos, quanto nos rurais, tornando mais complexa a definição objetiva de comunidade. Para a formulação da sua definição sobre o termo comunidade, a autora estabelece o debate com outros autores que desenvolvem diferenciadas definições acerca do termo.

O termo comunidade, para Lindeman (*apud* Souza, 1996), é definido como uma associação de grupos que raramente se organizam em torno de um objetivo comum.

Nos estudos de Maclver (*apud* Souza, 1996), diferentemente da definição apresentada por Lindeman (*apud* Souza, 1996), o termo comunidade designa um conjunto de atores sociais que vivem juntas e possuem diversos interesses suficientemente amplo e completo de modo a abranger este conjunto de atores sociais.

Conforme Porzecanski (*apud* Souza, 1996), o termo comunidade é entendido com um conjunto de diversos grupos subculturais que fazem parte de um mesmo grupo social e possuem interesses e objetivos comuns.

Numa perspectiva similar a de Porzecanski (1996), Johnson (*apud* Souza, 1996) define comunidade também como um conjunto de agentes sociais que possuem interesses comuns, no entanto, sua concepção se diferencia da definição do termo comunidade elaborada pelo primeiro autor ao destacar que no plano comunitário os agentes sociais se organizam em coletividade para serem reconhecidos no campo do bem-estar social.

De acordo com a definição elaborada por Newsteter (*apud* Souza, 1996), a comunidade se constitui como uma associação de grupos que estabelecem uma contínua interação entre os agentes sociais que a compõe.

A partir de uma visão distinta dos referidos autores, que desenvolvem seus estudos sobre o termo comunidade a partir de uma perspectiva de conjunto, grupos ou associação de agentes sociais, Gurvitch (*apud* Souza, 1996) conceitua comunidade como uma forma de sociabilidade.

O conceito formulado por Souza (1996) avança em relação às definições apresentadas pelos autores, pois a autora defende que a comunidade se constitui num conjunto de agentes sociais que estabelecem relações e correlações de forças no âmbito sociopolítico e de trabalho, no contexto local e que ao mesmo tempo sofre e ocasiona

transformações no âmbito global. Sendo assim, o conceito de comunidade elaborado pela autora permite analisar a comunidade rural não como um espaço geográfico de vivência social harmoniosa e isolada, mas como um espaço social em que são construídas as interrelações e as correlações de forças políticas que extrapolam o contexto rural, repercutindo nas relações sociopolíticas no âmbito urbano.

Deste modo, neste trabalho, no debate acerca da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer, serão consideradas as relações e as correlações forças internas e externas às citadas comunidades. Para o alcance deste propósito será imprescindível estabelecer o debate entre os autores que discutem o conceito de comunidade tradicional e assim construir a base teórica para a análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas *locus* deste estudo.

2.2. Comunidades Tradicionais: elementos constitutivos e instituintes de sua organização

No âmbito do debate sobre as comunidades tradicionais, identifica-se um conjunto de elementos que atuam como constitutivos e instituintes das organizações comunitárias, dentre os quais se destacam as dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas. No entanto, neste trabalho, embora as demais dimensões sejam tratadas, o debate terá como foco central a dimensão sociopolítica.

Para tal, este trabalho toma como referência as produções teóricas elaboradas sobre comunidade tradicional por autores clássicos como Wagley (1988) e por autores contemporâneos como Chaves (2001), Castro (1997) e Diegues (2004). Estes autores realizam uma discussão diferenciada sobre a definição do termo comunidade tradicional, mas os mesmos apresentam elementos importantes para a construção do

debate sobre a organização sociopolítica nas comunidades tradicionais da Amazônia.

Dentre os teóricos clássicos que apresentam contribuições sobre a definição de comunidade, Wagley (1988) foi um dos primeiros autores a desenvolver produções bibliográficas com definição da comunidade tradicional amazônica. Segundo o autor, as comunidades tradicionais da Amazônia possuem peculiaridades próprias em relação a sua infraestrutura física e a identidade sociocultural.

No que corresponde à estrutura física, Wagley (1988) afirma que estas comunidades são compostas por casas simples de madeira e/ou de palha com poucos cômodos, uma casa comunitária (local onde são realizadas reuniões, festas e eventos comunitários), casa de produção de farinha, canoas (meio de transporte mais utilizado pela população), barcos de pesca, entre outros. Além disso, nesta região são poucas as comunidades rurais que possuem posto de saúde, saneamento básico, energia elétrica, abastecimento de água, escolas, ou seja, a infraestrutura básica.

Outra característica, considerada por Wagley (1988), é a modalidade de ocupação e organização de territórios pelos caboclos ribeirinhos, pois em geral suas residências estão localizadas em áreas de terras firmes (porções de terras altas que não alegam no período da enchente do rio) ou em terras de várzeas as margens de rios e lagos, onde buscam se estabelecer, formando, assim, agrupamentos comunitários constituídos de várias famílias.

Neste processo ocupação e de organização territorial, de acordo com Wagley (1988), os caboclos e ribeirinhos desenvolvem sua capacidade de apreenderem a coexistir com o meio ambiente em que vivem e a explorá-lo. E, a partir dessa experiência que estes agentes sociais constroem a sua própria identidade sociocultural, conhecendo o seu habitat, e através desse conhecimento, os mesmos constroem vínculos

de relacionamentos, forma os grupos sociais e a sua identidade sociopolítica.

Em relação à identidade sociocultural, o autor interpreta, os agentes sociais que vivem nas comunidades tradicionais da Amazônia, como caboclos luso-brasileiros. Esses agentes sociais se caracterizam pela sua relação com o meio local, pois eles possuem um profundo conhecimento em relação ao uso do solo, da flora e da fauna, da cheia e da vazante dos rios, dos perigos dos insetos e das doenças endêmicas, dentre outros elementos do seu meio ambiente.

Para tanto, a definição de comunidades tradicionais amazônicas, elaborada por Wagley (1988), fornece subsídios para a elaboração da caracterização física e sociocultural das comunidades tradicionais na Amazônia.

No que corresponde ao conceito de comunidade tradicional são diversas as definições, entretanto há certa aproximação das interpretações de teóricos que partilham da perspectiva que as agentes sociais das comunidades tradicionais possuem um modo de vida ligado diretamente à dinâmica da natureza. A partir deste enfoque, na busca de consolidar este conceito, Chaves (2001, p.84) apresenta alguns elementos de análise que possibilitam definir o modelo de organização comunitário ribeirinho. Segundo a autora, este é constituído por um conjunto de relações/intercâmbios de produção e político-organizativo dos homens entre si e com a natureza, no qual são construídas “[...] diversas relações de produção dos homens entre si e com a natureza e, também, das determinações externas cuja combinação institui um recanto de vida e de trabalho”.

No contexto do debate nas Ciências Sociais, Chaves (2001) defende que o termo comunidade pode ser compreendido no âmbito do contexto social, cultural, político e econômico, pois esta definição corresponde à área disciplinar que a adota, e a relação que mantém com as conjunturas políticas e sociais.

Para Chaves (2001) é no contexto comunitário que ocorre a construção da identidade sociopolítica e cultural dos agentes sociais, dos projetos comuns, mas também das diversas manifestações de correlações de forças. Esta autora relata em seu estudo que a construção da identidade sociocultural nas comunidades ribeirinhas da Amazônia é resultado do processo de miscigenação (cruzamento de vários povos e culturas), iniciado no período de colonização e se intensificou no período pombalino (1760-1808) e no período auge da borracha (1879-1912), em decorrência do grande fluxo migratório, principalmente retirantes nordestinos que fugiam da expropriação e da seca no Nordeste.

As comunidades ribeirinhas amazônicas, na concepção de Chaves (2001), são constituídas por um conjunto heterogêneo de grupos sociais formados por populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes, entre outras. Esses grupos sociais partilham uma identidade sociocultural e política singular fundadas nos saberes e habilidades de manejo dos recursos naturais dominada pelos povos tradicionais da região, originários de diversas etnias indígenas, cuja modalidade de sobrevivência e relações político-organizativas estão relacionadas:

- a) a origem étnica por meio da adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidades;
- b) ao padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais;
- c) a luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais;
- d) as atividades exercidas, como: agricultura, caça, pesca, coleta e extração, desempenhadas de acordo com suas necessidades e recursos naturais disponíveis.

De acordo com Chaves (2001), nas comunidades que são estabelecidos os intercâmbios sócio-políticos. Esses intercâmbios ocorrem de forma diferenciada em cada contexto comunitário, variando de um grupo social para outro em termos de relações sociais de produção e de processo técnico de trabalho, pois cada grupo apresenta uma modalidade de gestão dos recursos naturais e de organização social que se desenvolvem de forma gradual e particular de acordo com o seu processo sociohistórico, assim como suas inter-relações com o meio externo.

A definição elaborada por Chaves (2001) possibilita a realização de uma leitura mais aprofundada do contexto comunitário, colaborando assim para a compreensão e análise das especificidades da organização sociopolítica dos diversos contextos comunitários. Pois a autora além de destacar em sua conceituação de comunidade tradicional a relação que os agentes sociais estabelecem com natureza avança nessa discussão definindo comunidade como uma complexa rede de relações sociais estabelecidas, na qual se articulam forças políticas, econômicas e culturais que se apresentam como processos de resistência pacífica e/ou de luta para garantir o acesso aos recursos necessários à reprodução da vida material e social, instituídos conforme a trajetória sociohistórica de constituição de cada comunidade.

Na mesma perspectiva de debate, com base nos estudos realizados pelo Grupo Inter-Ação até 2004, pode-se inferir que os agentes sociais no contexto das comunidades rurais amazônicas possuem características específicas que as distinguem claramente das sociedades que vivem condicionadas pela cultura urbana e industrial. Dentre as características singulares no plano comunitário destacam-se as modalidades de trabalho manejo dos recursos locais (roça, extrativismo animal e vegetal) como elementos fundamentais para sua subsistência e de seu grupo. Entende-se que o modo

de vida e a cultura estão vigentes nas comunidades ribeirinhas, intimamente relacionados aos conhecimentos, habilidades e tecnologias (saberes tradicionais) dos quais são detentores sobre seu habitat.

Evidencia-se, assim, ao tomar com referência os estudos do Grupo Inter-Ação/UFAM (2004), que estes agentes sociais possuem saberes acumulados em relação ao meio ecológico local, a dinâmica organizativa dos processos de trabalho possibilita que desenvolvam uma complexa adaptação ao ambiente, em sua diversidade e variabilidade sazonal. Outras características importantes apresentadas pela autora é que estes agentes sociais estabelecem uma relação social baseada na relação de parentesco e compadrio.

Outro elemento importante a ser destacado nestes estudos é que, no âmbito produtivo nas comunidades rurais da Amazônia, os produtores desenvolvem diversas modalidades de atividades produtivas, dentre as quais se destacam: a pesca, a caça, o extrativismo, a agricultura e o artesanato com recursos da biodiversidade local. Vale destacar, segundo o estudo citado, que estes produtores desenvolvem partes do trabalho laboral de forma coletiva, na maior parte das vezes utilizando tecnologias apropriadas com menos impacto sobre o meio ambiente (culturas orgânicas, tinturas naturais, cultivo de plantas nativas, entre outros).

Para tanto, de acordo com os estudos realizados pelo grupo de pesquisa Inter-Ação/UFAM e com o debate realizado por Chaves (2001) acerca do conceito de comunidade, pode-se afirmar que nas comunidades ribeirinhas na Amazônia há uma rede de relações sociais e políticas. Vale destacar, que estas relações estão vinculadas aos conhecimentos tradicionais passados de geração em geração, ligados a crenças, costumes religião e experiências de vida, essas modalidades de conhecimento são

fundamentais para manter viva a sua identidade sociocultural.

Outro autor que também discute acerca da definição de comunidade é Diegues (2004). Este autor afirma que na perspectiva marxista a comunidade tradicional configura-se como uma modalidade de organização social pré-capitalista, pois ainda está baseada em culturas tradicionais que se desenvolvem utilizando modos de produção baseados, majoritariamente, em trocas não monetárias, ou seja, demarcando relações próprias de uma sociedade em que o trabalho não visa o lucro e não pode ser considerado como uma mercadoria a ser vendida e comprada. Entretanto, para o autor há uma relação de dependência entre as sociedades tradicionais com o meio urbano, em relação a sua reprodução social, econômica, cultural e política, é do meio urbano que também provêm as “inovações” que colaboram para a gradual transformação dessas sociedades.

Para formulação deste debate, Diegues (2004) utiliza como referência os estudos dos autores Redfield (1971), Foster (1971) e Firth (1971), os quais defendem que camponeses e povos indígenas caracterizam-se como populações tradicionais, todavia com características diferenciadas. Tal abordagem baseia-se na interpretação das práticas culturais destes povos, conforme exposto a seguir:

- Redfield (*apud* DIEGUES, 2004) afirma que no caso das populações tradicionais camponesas a sua cultura não é autônoma, pois necessita do estabelecimento de uma contínua comunicação com outra cultura (a nacional, urbano-industrial), ou seja, a cultura tradicional camponesa é uma expressão local de uma civilização mais ampla.
- Foster (*apud* DIEGUES, 2004) ressalta que esta distinção se apresenta em razão do contato que a população tradicional camponesa possui com

os centros do pensamento intelectual e do desenvolvimento, repercutindo no modo de vida desta população;

- Firth (apud DIEGUES, 2004) defende que as sociedades tradicionais camponeses dependem fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos, extrativistas.

Se de um lado, os referidos autores defendem que há distinção entre as populações indígenas e a não indígenas, baseadas no conceito de etnia, por outro, estes autores indicam que nos estudos atuais, há certo consenso sobre o uso dos termos “tribal”, indígena, significando “etnia”. Deste modo o termo povos tribais foi substituído por povos nativos (*indigenous*) baseado no modo de vida dos povos indígenas amazônicos da América Latina.

De acordo com o autor, o conceito elaborado pelo Banco Mundial (*Bank's Tribal Peoples Policy Statement, 1982*), o termo povo tribal não correspondia às características das populações tradicionais contemporâneas, pois o significado era mais apropriado aos povos que vivem em áreas geográficas específicas as quais possuem ligações diretas com os territórios ancestrais, autoidentificação e identificação pelos outros como grupos culturais, linguagem própria, presença de instituições sociais e políticas próprias e sistemas de produção voltados para a subsistência.

Em relação ao critério de análise sobre as comunidades tradicionais no que se refere a interação com a natureza, Dasmann (*apud* DIEGUES, 2004) indica que há duas modalidades:

- ✓ Os povos dos ecossistemas (*ecosystem people*) que possuem uma simbiose com os ecossistemas e conseguem viver a partir do uso sustentado dos

recursos naturais de um ecossistema ou de ecossistemas contíguos

- ✓ Os povos da biosfera, diferenciados do anterior, compartilham de uma economia global de alto consumo e poder de transformação da natureza, e até mesmo de desperdício de recursos naturais.

Diegues (2004) apresenta a definição de comunidade como espaço sociopolítico e dinâmico sociocultural, mas destaca a organização econômica como um dos elementos centrais. Conforme o autor, a organização econômica baseia-se no uso de recursos naturais renováveis, pois possuem padrões de consumo que combinam várias atividades econômicas baseadas nos ciclos da natureza, bem como sua cultura está fundada em simbologias, mitos e rituais associados às atividades de produção como a caça, pesca e a atividades extrativistas, dentre outras.

Assim como Diegues (2004), observando as devidas diferenças na análise, Castro (1997) ao trabalhar na formulação da definição de comunidade ribeirinha da Amazônia, define seus agentes sociais como caboclos e ribeirinhos da várzea as atividade produtiva se constitui como um dos elementos fundamentais e está articulado a identidade sociocultural, pois os mesmos construíram um modo de vida articulado a agricultura e extrativismo vegetal e animal, vivendo em função do uso dos recursos naturais disponíveis na floresta, nos rios e das *terras molhadas* da várzea amazônica. “Uma cultura de profundas relações com a natureza”.

A atividade produtiva não se restringe somente à dimensão econômica, mas também por meio da mesma são construídas as relações sociais. Segundo Castro (1997) nas comunidades tradicionais a atividade produtiva abrange múltiplas dimensões – econômica, sociopolítica, cultural e ambiental. Deste modo, se articulam elementos

simbólicos e materiais. A autora ressalta também que há uma inter-relação entre a vida econômica e social do grupo, em que a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas e outras modalidades de trocas não econômicas. Deste modo, a organização das atividades de trabalho não está separada dos elementos simbólicos e culturais (rituais sacros de festividades) e outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, as relações familiares e de parentescos.

Vale destacar, com base na discussão apresentadas por Castro (1997) que as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades tradicionais estão articuladas à natureza, assim como repercutem no processo de acumulação de conhecimento através das gerações. Deste modo, os grupos sociais são nomeados pelas principais atividades exercidas, embora fazendo parte de um campesinato polivalente – agricultores, agroextrativista, seringueiros, pescadores, dentre outros. São maneiras diversas de perceber, ao nível local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais.

Para tanto, com base no debate de Wagley (1988), de Chaves (2001), de Castro (1997) e de Diegues (2004), pode-se inferir que a comunidade tradicional na Amazônia, pode ser compreendida como um espaço em que se realiza a práxis social, pois é a partir do trabalho produtivo e na organização política que os agentes sociais que a compõe se reproduzem e transformam a si mesmo e a natureza. Esse processo ocorre porque o homem, ao produzir, constrói determinados vínculos e relações sociais que se operam por meio da sua ação sobre a natureza.

2.2. A organização sociopolítica no contexto comunitário

Para a construção da abordagem acerca da organização sociopolítica no contexto comunitário rural será utilizado como ponto de partida a discussão elaborada por Dahrendorf (apud SCHERER, 1989), Souza (1996) e por Heller (1992).

Em relação à organização política Dahrendorf (apud SCHERER, 1989) afirma que no contexto comunitário a organização dos grupos sociais ocorre em prol dos seus interesses. O autor defende principalmente a organização dos grupos em um conjunto de condições técnicas, políticas e sociais, pois sem um documento constitutivo, certas normas, uma equipe de pessoas e certos requisitos materiais, os grupos de interesse não podem ser formados, nesse caso todo grupo social precisa, além da organização sociopolítica, de condições materiais para se efetivar de fato.

Ao tomar como base a reflexão de Souza (1996) acerca da organização política no âmbito comunitário pode-se afirmar que estas estratégias não se constituem somente como atividades cotidianas, realizadas de maneira naturalizada, mas são também ações construídas política e socialmente a partir da tomada de consciência dessas populações em relação aos problemas locais e da constituição de mobilização social para superação dos mesmos, na qual a participação social ganha centralidade. Neste sentido, Souza (1996) entende a organização comunitária como ação resultante da tomada de consciência dos agentes sociais quanto aos seus problemas, que ao buscar criar estratégias coletivas para superação dos mesmos.

Nos movimentos populares, dentre os elementos que o constitui, Souza (1996), ressalta que a participação configura-se como um dos principais elementos dinamizadores. Conforme a autora, a participação é definida como um exercício coletivo de tomada de decisões e de gestão das ações, definidas e implementadas pela

população comunitária por meio da articulação de forças sociais dentro e fora da comunidade.

No que corresponde à análise ao desenvolvimento das ações cotidianas que são estabelecidas no processo de organização política dos agentes sociais, Heller (1992, p. 03) destaca que a história, as relações sociais, os valores e a consciência política são construídos na cotidianidade, pois segundo a autora “[...] a substância não contém apenas o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores. Por conseguinte, substância da sociedade só pode ser a própria história do cotidiano”.

Para tanto, ao tomar com referência o debate de Heller (1992) pode-se desenvolver uma análise o processo de construção sócio-histórica dos movimentos sociais a partir do estabelecimento das relações sociais no cotidiano, não como um processo linear, mas sob as condições concretas dos agentes sociais em coletividade.

A discussão desenvolvida por Dahrendorf (apud SCHERER, 1989), Souza (1996) e por Heller (1992) apresenta elementos analítico-explicativos imprescindíveis para desenvolver a análise acerca das singularidades da dinâmica organizativa das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.

2.3. Comunidade Ribeirinha: singularidades da dinâmica organizativa

Neste item serão apresentadas as singularidades da dinâmica organizativa da comunidade ribeirinha na Amazônia, para a construção desta discussão, foi utilizado como referência os estudos de Chaves (2001) e Fraxe (2004).

Para se analisar a organizações sociopolítica das comunidades ribeirinhas, Chaves (2001) afirma que é necessário considerar a identidade étnico e cultural dos

agentes sociais, a trajetória sócio-histórica, a religião, a sua relação com a natureza no manejo dos recursos naturais, bem como as relações sociais que são estabelecidas interna e externamente ao contexto comunitário. Ainda que, de acordo com autora, a organização sociopolítica na conjuntura amazônica incorpore para além do domínio da política (luta por direitos, por reforma agrária e política agrícola), a dimensão ambiental e a cultural (ética e étnica), também está voltado para a busca da garantia de acesso a bens e serviços sociais.

Em seus estudos sobre a organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas na Amazônia, Chaves (2001) enfatiza o papel das organizações das populações ribeirinhas na luta pelo acesso a bens e serviços sociais (saúde, educação, habitação, transporte, energia, dentre outros) e pela garantia do direito ao seu território e ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis.

No contexto comunitário Amazônico, a organização sociopolítica é constituída no contexto da gestão comunitária, na qual de acordo com Chaves (2001, p.91) “[...] se mesclam forças políticas, econômicas, sociais e culturais instituídas na trajetória de constituição da comunidade”. A gestão comunitária, segundo Chaves (2001), compreende as diversas modalidades de organização do trabalho comunitário coletivo, as quais ocorrem de acordo com a ordenação das ações comunitárias a partir de num processo participativo, no qual é estabelecida a partilha de responsabilidades e de negociação entre comunitários, bem como as tensões entre os agentes sociais comunitários, decorrente da necessidade de arregimentar suas capacidades para a construção de alternativas viáveis à melhoria qualidade de vida. Dentre as modalidades de organização do trabalho comunitário coletivo em comunidades ribeirinhas, Chaves (2003) destacam as seguintes:

- a) as associações comunitárias: entidades comunitárias formadas por agentes comunitários que possuem interesse e lutam por uma causa comum, a qual possui uma estrutura organizacional constituída por uma hierarquia de responsabilidades e representatividade;
- b) Mutirão: são serviços para coletividade para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários, nos quais o trabalho é compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade;
- c) Ajuri: são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos participantes da atividade, se constituem como uma modalidade de ajuda mútua entre os comunitários;
- d) Puxirum: são atividades desenvolvidas em grupos para troca de serviços, na quais todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior, presta serviço equivalente ou similar àqueles que haviam realizado.

Deste modo, com base no debate formulado por Chaves (2001), pode-se asseverar que os ribeirinhos não podem ser compreendidos somente a partir de sua atividade produtiva e econômica, pois no contexto da economia tradicional, as regras são estabelecidas de forma coletiva em que se estabelece o respeito e a ajuda mútua, fatores esses que permitem a criação de estratégias coletivas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, fundamentadas na organização comunitária. Sendo assim, de acordo com a autora a participação dos atores sociais, por meio das organizações comunitárias locais, contribuir para a (re)elaboração de diferentes identidades sociais, em que eles ampliam a sua presença na arena política, impõem à

sociedade o reconhecimento de sua existência e de seus direitos enquanto cidadãos.

No debate sobre a organização social no contexto comunitário amazônico, Fraxe (2004) em seus estudos, aponta os principais elementos definidores da organização política dos agentes sociais nas comunidades ribeirinhas na Amazônia, são os seguintes:

- A organização social, dos agentes sociais comunitários, está articulada a sua forma de organização produtiva, pois nas comunidades ribeirinhas as atividades produtivas como a roça, a pesca e a produção de farinha, dentre outros produtos ocorrem, na maior parte das vezes, de modo coletivo;
- A organização política dos atores sociais nas comunidades ribeirinhas amazônicas compreende um conjunto de elementos simbólicos;
- Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, a organização política está vinculada às festas religiosas, principalmente aos festejos do(a) padroeiro(a); aos campeonatos de futebol, nos quais articulam-se interesses coletivos para adquirir algum bem para a comunidade.

De acordo com Fraxe (2004), as comunidades ribeirinhas amazônicas não podem ser consideradas como comunidades isoladas. Segundo a autora essas comunidades estabelecem uma multiplicidade de trocas -materiais e simbólicas – com a sociedade envolvente e contexto urbano-industrial. Nesta relação, segundo Fraxe (2004, p.19), “as manifestações das práticas culturais do mundo ribeirinho espraiam-se pelo mundo urbano. Interpenetram-se, embora o *habitus* estruturado de cada uma seja relativamente distinto”.

A definição de caboclo-ribeirinho, elaborada pela autora esta relacionada ao conceito de “cultura cabocla”. Para a autora esta cultura não se limita somente à dimensão étnica, ao território em que esses agentes sociais vivem e as práticas de produção, mas também ao estabelecimento de relações sociais construídas a partir do processo de organização política. Segundo a autora, não se trata de definir os caboclo-ribeirinhos como uma classe ou grupo social, mas como “pessoas (*sic*) inseridas em uma dinâmica social, com características específicas”. (Idem, p. 23)

Uma característica importante apresentada por Fraxe (2004) é que os caboclos ribeirinhos conhecem o seu habitat, e através desse conhecimento estes atores sociais estabelecem uma relação com a natureza, como também no decorrer desse processo constroem vínculos de relacionamentos formando os grupos sociais.

Para tanto, pode-se afirmar, com base na argumentação de Fraxe (2004), que a organização sociopolítica no âmbito das comunidades ribeirinhas está relacionada às diferentes formas de organizar o trabalho, cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada grupo, de suas formas de agir sobre o território e de apropriar-se dos recursos sob padrões de seletividade de cada grupo.

Para tanto, com base no debate dos autores Wagley (1988), Castro (1997), Diegues (2004), Godelier (1984), Fraxe (2004) e Chaves (2001) pode se afirmar que a análise sobre a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués estará pautada na interpretação da comunidade como um conjunto de interrelações sociopolítica e cultural, na qual se desenvolvem as atividades coletivas não somente como atividades cotidianas, realizadas de maneira naturalizada, mas são também ações política e socialmente construídas a partir da tomada de consciência dos agentes sociais

em relação aos seus problemas locais e da mobilização social para superação dos mesmos, por meio da luta pela garantia de acesso a bens e serviços sociais e sustentabilidade socioambiental local.

No contexto rural amazônico, a organização política é um dos elementos fundamentais para a formação sociohistórica e para a construção da identidade cultural da população local. Sendo assim, na análise da organização política das comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer do Município de Maués faz-se necessário elaborar uma breve caracterização da emergência sociohistórica e da conjuntura sociocultural, política e econômica do município Maués, considerando que a formação sociohistórica do município repercute diretamente dinâmica organizativa das referidas comunidades.

2.4. Caracterização das comunidades ribeirinhas de Mucajá e Ebenézer

Nesta parte apresenta-se o panorama da emergência sociohistórica e da conjuntura sociocultural, política e econômica atual do município de Maués, assim como a delimitação geográfica e a infraestrutura de bens e serviços sociais existentes no município. Em decorrência da comunidade de Mucajá situar-se no entorno e a comunidade Ebenézer fazer parte da Floresta Estadual de Maués (Unidade de Conservação), neste item também será realizada uma breve exposição sobre esta Unidade de Conservação.

É importante destacar, que neste trabalho não se buscará tratar de forma exaustiva as informações sobre o processo sociohistórico do município de Maués, mas apresentar um panorama sintético visando contextualizar o quadro atual da realidade deste município. Estas informações servirão como subsídios para a compreensão da dinâmica sociohistórica e cultural vigente, assim como da organização sociopolítica nas

comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.

O resgate da história da formação do município de Maués é um desafio a ser enfrentado, pois os documentos oficiais que registram o histórico do referido município são escassos. Esta parte será organizada com base no estudo de Faraco (2006) cujos trabalhos que apresentam a emergência sociohistórica do município de Maués a partir de sucessivas buscas de relatos com os moradores mais antigos do município e aos arquivos documentais da Paróquia, tais como o Livro Tombo.

A relevância do resgate da emergência sociohistórica do município de Maués expressa-se pelo fato da mesma estar vinculada às diversas modalidades de manifestações de lutas e conflitos sociopolíticos entre agentes sociais que atuaram como protagonistas na constituição sociohistórica deste município. De acordo com Faraco (2007), dentre as manifestações de luta sociopolítica existentes no processo da formação sociohistórica do referido município destaca-se a luta entre os índios Mundurucus e os Maués por seus territórios e o Movimento da Cabanagem.

Os índios Mundurucus e Maués que habitavam a região do Médio Amazonas travavam constantes lutas para a garantia de seus territórios, até que entre 1750 e 1768, os Maués sagravam-se vitoriosos e os Mundurucus migraram para a região do Tapajós, dispersando-se pelos rios Canomã, Maués-Açú, abacaxis e seus tributários. Neste mesmo período a região da mundurucânia foi visitada pela primeira vez, pelos colonizadores em busca de drogas do sertão. O governador da Capitania do Rio Negro e Grão Pará, Lobo D'Almada, atraiu os guerreiros Mundurucus e Saturê-maué com o intuito de serem aculturados, com o fim de promover o desenvolvimento da região. (FARACO, 2006)

No ano de 1798, foram fundados os povoados de Canuama, Juriti e Luséa. No

lugar onde foi fundado o povoado de Luséa, à margem direita do rio Maués-Açú, existia, uma aldeia mundurucu denominada Uiacituba. Luséa foi o primeiro nome do atual município de Maués e foi fundada pelos portugueses Luís Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto.

Este povoado foi elevado à categoria de Missão, ainda no período da Capitania de São José do Rio Negro recebendo assim o nome de Maués, em homenagem aos povos indígenas que habitaram a localidade, denominados Saterê - Maué. Sendo assim, o nome Maués possui importante significado sociocultural para a população local, pois é originado de dois vocábulos da língua tupi, quais sejam: Máu – adjetivo que se traduz por curioso, inteligente, abelhudo; e Uêu – ave trepadora, da casta dos papagaios. Com estas palavras formou-se o termo Mau-uêu, Mauuêu, que se contraiu em Mauê ou Maué, nomeclatura utilizada para designar a nação indígena que habitava a região e quer dizer papagaio curioso e inteligente. Nesse sentido, o nome da cidade Maués traduz-se como Cidade dos Papagaios Falantes.

O município de Maués foi palco de um dos movimentos sociais mais importantes na região, o Movimento da Cabanagem. Conforme Chiavenato (1984), este movimento social representou, social e politicamente, uma das lutas sociais que mais mobilizou negros, índios e mestiços que se insurgiram contra a elite política da região na busca de superação da condição de extrema pobreza e de descaso em que se encontravam populações ribeirinhas, na Província do Grão-Pará, no período de 1835 a 1840. O Movimento da Cabanagem, ocorrido no município de Maués, ainda é pouco registrado nos documentos oficiais, nos estudos acadêmico-científicos, assim como nos registros históricos que relatam sobre este fato histórico. De acordo com o autor, este movimento ocorreu em Maués, quando este município ainda era o povoado de Luséa,

no ano de 1840. O povoado foi um dos entrepostos e refúgio do último grupo cabano, formado por aproximadamente 980 cabanos. Neste povoado, de acordo com autor os cabanos entregaram as armas e renderam-se, os murá e os mauê praticamente desapareceram.

No entanto, o reconhecimento oficial do município de Maués somente ocorreu em 1896, após a proclamação da República, quando o governo provisório do Amazonas dissolveu a Câmara Municipal da Vila de Maués elevando - à categoria de Comarca.

Em relação à delimitação geográfica o município de Maués está localizado na 8ª sub-região do Médio Amazonas, possui uma área de 39.988,39 Km² correspondentes a 2,5% do Estado, situando-se a -3.38° de latitude sul e a -57.71° de longitude a Oeste de Greenwich (IBGE, 2008). A sede do município dista 267 Km da capital em linha reta, ou 356 Km por via fluvial. O tempo de deslocamento via transporte fluvial de Manaus para a sede do município de Maués é de aproximadamente 18 horas (Grupo Inter-Ação, 2009).

O município de Maués é constituído pelos distritos de Maués, Osório da Fonseca e Repartimento e faz limites ao norte do município de Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Itacoatiara; ao sul com o município de Apuí; a leste com o Estado do Pará; a oeste com o município de Borba e Nova Olinda do Norte. (Grupo Inter-Ação, 2009). (Cf. figura)



Figura 01: Mapa do Estado do Amazonas com destaque para o

Figura 02: Mapa do Município

No que se refere às condições climáticas, o referido município possui um clima equatorial, sendo este quente e úmido, tendo uma temperatura máxima é de 33° C e a mínima 25° C. Vale destacar, que as chuvas são regulares e abundantes no município, ocorrendo com maior frequência no período de janeiro e julho. (IBGE, 2008)

O município é constituído por uma rica biodiversidade, no que concerne a vegetação, classifica-se como Floresta Tropical densa, exuberante, com predominância de grandes árvores. (CHAVES *et al*, 2009).

No que corresponde à hidrografia, o município está localizado na malha hidrográfica da Bacia Amazônica. Além do rio Amazonas que corta o município, a hidrografia existente é composta pelos rios Urupodi, Maués-Açú, Maués-Mirim, Andirá, Parauari, Paraconi, Apocuitaua, como também os paranás do Urariá, do Ramos, Macauaui e muitos outros igarapés e furos existentes na região. Na figura 03 a seguir pode-se visualizar a vista frontal do município.



Figura 03: Vista Frontal do Município de Maués
Fonte: Pesquisa de Campo/Grupo Inter-Ação (2009)

Segundo o Censo do IBGE (2009), o município de Maués é formado por uma população de 49.666 mil habitantes, sendo que 29.866 mil habitantes estão concentrados na zona urbana e 19.800 mil habitantes estão distribuídos em 165 comunidades rurais do município.

No que se refere à infraestrutura de Bens e Serviços Sociais existentes no município de Maués, as principais atividades de saneamento são: o abastecimento de água, sistema de esgoto, coleta, remoção e destinação final do lixo, drenagem de águas pluviais, controle de poluição ambiental, fornecimento de energia elétrica, dentre outros.

Em relação ao abastecimento de água, segundo Lira (2008) há no município o sistema de fornecimento de água tratada realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) que cobre 95% dos domicílios urbanos. Contudo, nas comunidades rurais o sistema de fornecimento de água inexistente. Em geral nas comunidades o fornecimento advém do gerenciamento realizado pelos próprios comunitários, por meio da utilização de poços artesianos, sem controle da qualidade da água sem nenhum tipo de tratamento de qualidade, fato este que repercute nas condições de saúde dos ribeirinhos. Esta situação de contaminação de água gera inúmeros riscos à saúde destes agentes sociais.

O fornecimento de energia elétrica no município é realizado pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM), a mesma somente abastece a sede município, onde aproximadamente 60% dos domicílios urbanos têm acesso a este serviço, as demais residências utilizam energia clandestinamente ou mesmo não possuem condições de pagar por este serviço.

Nas comunidades ribeirinhas não há o fornecimento deste tipo de serviço, segundo Lira (2008) 80% das comunidades rurais do município possuem grupo gerador a Diesel. Contudo, este gerador fornece energia somente para as residências que estão situadas na sede da comunidade, pois o alcance desta forma de energia é restrito, assim como também o custo do combustível é muito oneroso para os comunitários. Em razão deste custo, a comunidade somente utiliza esta fonte de energia durante as primeiras horas da noite, no período de no máximo 05 horas, durante o dia é somente utilizado em casos de extrema necessidade.

No que se refere aos serviços de saúde, de acordo com dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Saúde, 2010, na sede do município de Maués existem:

- 04 Unidades Básicas de atendimento público de saúde (Posto de Saúde);
- 01 hospital com 58 leitos, 01 Unidade Básica de Saúde (Posto de Saúde) coordenada pela Fundação Nacional de Saúde que presta atendimento básico de saúde no combate à malária e demais doenças tropicais, assim como fazem o controle da qualidade de abastecimento de água advinda dos poços artesianos na área rural e urbana;
- 02 distritos de saúde de atendimento à população indígena, sob gestão do Departamento de Saúde Indígena (DSI);

Nas comunidades ribeirinhas do município o acesso aos programas e serviços de

saúde é bastante precário, pois existem 41 postos de atendimento à saúde da população ribeirinha local, sendo que nem todos estes postos estão funcionando. Vale destacar, que estes postos são gerenciados por Agentes de Saúde das comunidades que prestam serviços básicos de orientação, prevenção e acompanhamento às famílias nas comunidades. Estes agentes de saúde, em geral são moradores da própria comunidade, muito deles possui somente o Ensino Médio Completo, mas segundo a gerente da Secretaria Municipal de Saúde estes agentes participam de diversos cursos de capacitação e são acompanhados e avaliados por uma equipe de profissionais competentes na área da saúde.

Em relação ao acesso à infraestrutura de serviços de educação, conforme o censo do IBGE (2008), o município possui 216 escolas, incluindo as comunidades rurais, distribuídas segundo os níveis:

- No Ensino Fundamental, o município possui 177 escolas, com 14.158 alunos matriculados, sendo 08 escolas estaduais, com 125 professores e 3733 alunos matriculados, e 169 escolas municipais, com 638 professores e 12855 alunos matriculados;
- No Ensino Médio há 03 escolas estaduais, com 70 professores e 2186 alunos matriculados;
- No Pré-Escolar há 78 escolas municipais, compostas por 104 professores e 484 alunos matriculados.
- No ensino superior, no ano de 2005, haviam 289 alunos matriculados na Universidade Estadual do Amazonas e na Universidade Federal do Amazonas, 195 alunos matriculados.

Apesar das informações indicarem que no município o sistema de educação é

público e abrange do nível de pré-escola até o ensino superior. Contudo, de acordo com Chaves (2009), nas comunidades ribeirinhas do município a maioria das escolas disponibiliza somente o ensino fundamental. Conquanto, estas escolas não atendem efetivamente a demanda apresentada pelas comunidades, impossibilitando que os agentes sociais que vivem nas comunidades rurais do município tenham acesso ao ensino de qualidade e possam prosseguir com seus estudos na própria comunidade em que mora, acarretando assim, o baixo nível de escolaridade. Além destes motivos, há inúmero outros entraves para o acesso dos comunitários à escola, dentre os quais se destacam:

- A dificuldade de deslocamento dos comunitários que residem no entorno das comunidades ribeirinhas, principalmente das crianças, no período da vazante;
- A precariedade da infraestrutura escolar, como a escassez de material didático, equipamentos, bem como o número reduzido de profissionais qualificados disponíveis para o meio rural, principalmente de professores;
- A incompatibilidade do horário escolar com o regime de trabalho do produtor rural, considerando que todos os membros participam do processo produtivo;
- A utilização de materiais didáticos com temas desvinculados da realidade local pela reprodução de conhecimentos descontextualizados, isolados e desarticulados da realidade social, econômica e cultural das comunidades ribeirinhas da região;
- A ocorrência de sucessivas chuvas torrenciais na região que impossibilita os comunitários que moram no entorno das comunidades ribeirinhas de se

deslocarem para a escola mais próxima, uma vez que os meios de transportes mais utilizados pelos mesmos são canoas, rabetas e barcos pequenos.

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia a principal forma de deslocamento da população local ocorre por meio de transportes de médio e de pequeno porte, como barcos comunitários, motores de polpa, lanchas e canoas. Deste modo, conforme Lira (2008), os principais transportes utilizados para chegar à sede do município de Maués são os barcos de linha de grande, médio e pequeno porte, denominados pela população da região de Barcos Recreios. O aeroporto do município possui capacidade para receber aeronaves de pequeno e médio.

No município a principal atividade econômica desenvolvida é a agricultura, destacando-se não só as culturas temporárias de mandioca, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, juta, malta, melancia, milho, tomate, mas também as culturas permanentes como o guaraná, abacate, banana, limão e tangerina. O guaraná, principal cultura desenvolvida pelos produtores familiares é o produto mais importante para a economia do município. Segundo Chaves (2009), existem aproximadamente 6.000 ha de área plantada no município, além de uma moderna estrutura de industrialização implantada e administrada pela *American Beverage Company* (AMBEV).

A atividade extrativista é a segunda atividade econômica desenvolvida no município, dentre os recursos naturais locais alvos desta atividade são madeira, castanha, óleo de copaíba, borracha, cumaru e essência de pau-rosa também são bastante praticados neste município. No extrativismo mineral destacam-se atividades como a exploração do ouro, areia, argila, cascalho, entre outras. Cabe ressaltar neste estudo, que a extração de madeira é, significativamente, mais realizada por alguns

empresários e empreendimentos como marcenarias, serrarias e movelarias que atuam no mercado local. Esta situação vem gerando inúmeros conflitos entre comunitários e os empresários madeireiros locais, devido aos impactos ambientais (diminuição das madeiras de lei, criação de vastas áreas desmatadas, dentre outros) ocasionados nas áreas rurais do município.

A pecuária também é destaque no setor primário da economia de Maués, sendo representada por rebanhos bovinos, com 11.857 cabeças, suínos, com 5.574 cabeças, além de bubalinos, eqüinos, caprinos e asininos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios, incluindo Manaus. (IBGE, 2009)

O município de Maués destaca-se, ainda, como um dos grandes centros produtores de pescado, tanto para o consumo local, como para a exportação. De acordo com Chaves (2009), o peixe, em todos os municípios amazonenses, é a principal fonte de alimentação da população local.

No município de Maués, assim como nos demais municípios da região amazônica, a identidade sociocultural está vinculada aos mitos e lendas construídos pelas agentes sociais tradicionais locais, no decorrer da formação sociohistórica do município. Ressalta-se, que a construção desta identidade faz parte da trajetória sócio-histórica de formação do município.

Conforme os estudos de Chaves (2009), trajetória sócio-histórica de vida das populações locais é baseada principalmente num conjunto de representações simbólicas a partir da lenda do guaraná. Vale destacar, que o município de Maués é formado por diversos grupos étnicos e por agentes sociais tradicionais, historicamente constituídas a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região.

Deste modo, entende-se que a dinâmica sociocultural e política dos agentes sociais que vivem nas comunidades ribeirinhas de Maués possuem na base de seus conhecimentos a predominância dos saberes herdados dos povos indígenas, que habitam na região desde momentos que antecedem ao processo de colonização.

2.1.1. Floresta Estadual de Maués

O município possui duas Unidades de Conservação em nível federal, parte de uma reserva indígena e uma Área de Proteção Ambiental: 1) Floresta Nacional do Pau-Rosa e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil ha); 2) Reserva Indígena Andirá-Marau, da tribo Saterê - Mawé e a Área de Proteção Ambiental Lago do Santana ou Lago Elias - criada sob decreto municipal No. 18.700, em 1993, e em nível estadual a Floresta Estadual de Maués.

A comunidade ribeirinha Ebenézer faz parte da Floresta Estadual de Maués e a comunidade Santo Antônio de Mucajá está localizada em seu entorno.

A Floresta Estadual de Maués é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, a mesma foi criada em 19 de julho de 2003, pelo decreto Nº 23.540, com área total de 438.440,32 há. Esta floresta foi implantada em uma área de terra firme no centro-oeste do município, localizada na parte leste-sul do Estado do Amazonas, esta é classificada como Floresta Tropical Densa, sub-região dos Baixos Platôs da Amazônia. (SDS, 2005). A área de abrangência da Floresta Estadual de Maués pode ser visualizada na Figura 04:

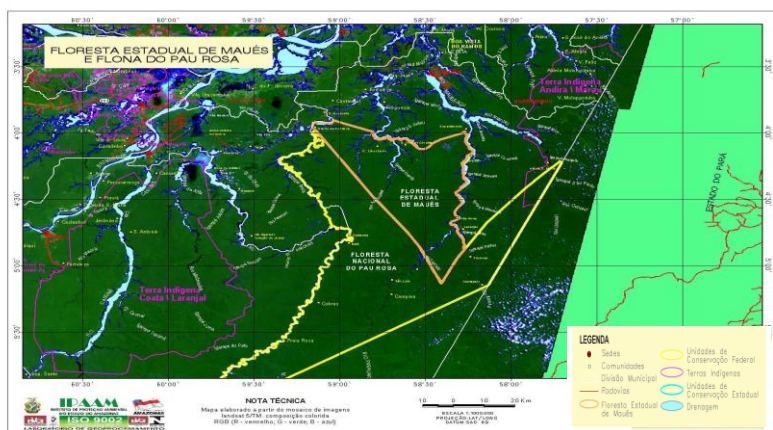


Figura 04: Floresta Estadual de Maués.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/ SDS, 2005

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués (IDS), pode-se encontrar nesta área diversas espécies vegetais. A região geográfica, na qual se localiza a Floresta de Maués, é no Médio-Amazonas. De acordo com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS) e do IBAMA, esta região possui um profundo significado para a Amazônia, para o estado do Amazonas e para o Brasil. A Floresta Estadual de Maués foi constituída com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais; manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade; recuperação de áreas degradadas; educação ambiental; bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais limítrofes. (CHAVES, 2009)

Esta área é provida de cobertura vegetal nativa, de domínio público. Neste caso é permitido utilizar, de forma sustentável, seus recursos madeireiros e não madeireiros.

De acordo com a SDS, na área da Floresta, são desenvolvidos, ainda, serviços ambientais para fins educacionais, científicos, recreativos, de proteção e turísticos. Destaca-se que são muitas as vocações e potencialidades identificadas nesta área do médio Amazonas, possuindo um profundo significado do contexto nacional ao local. (SDS, 2005; CHAVES, 2009)

De acordo com Plano de Gestão da SDS (2005), 380 famílias vivem na área da Floresta de Maués, distribuídas em 15 comunidades, sendo quatro no Rio Apuquitaua, duas no Rio Cincatá, três no Rio Pacoval e seis no Rio Parauari.

Muitas são as vocações e o potencial da região onde se localiza a Floresta de Maués. Portanto a caracterização da Floresta Estadual justifica-se por apresentar a dinâmica ambiental da região, sobre a realidade dessa população que a partir da criação da UC, passa por repercussões significativas no seu modo de vida, destacando-se no estudo as transformações produtivas.



CAPÍTULO III

Organização sócio-política e cultural nas comunidades ribeirinhas de Maués/AM



[...] é na luta cotidiana, no dia-a-dia, mudando passo a passo, que a quantidade de pequenas mudanças oferece a possibilidade de operar a transformação. (GADOTTI, 1994)

Capítulo III – Organização sociopolítica e cultural nas comunidades ribeirinhas de Maués/AM

Introdução

Este capítulo objetiva apresentar os resultados da análise da organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas de Maués/AM. Nesta análise considerou-se a formação sociohistórica e cultural, as relações sociais e a dinâmica organizativa das lideranças comunitárias no contexto interno e externo às comunidades ribeirinhas de Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer. Para fins didáticos de exposição dessa abordagem, este capítulo está dividido em quatro itens articulados entre si e assim ordenados:

- No primeiro item será apresentado o panorama sociohistórico e organização cultural e política do município de Maués e das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer;
- O segundo item consiste na apresentação do perfil das lideranças comunitárias envolvidas no estudo;
- No terceiro far-se-á a exposição da dinâmica organizativa das entidades comunitárias, destacando as semelhanças e diferenças na modalidade de organização sociopolítica existentes entre as comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer;
- O quarto item corresponde à apresentação das relações sociais e das estratégias de mobilização sociopolíticas das lideranças comunitárias para o acesso a Bens e Serviços Sociais, no contexto interno e externo às comunidades estudadas.

3.1. Formação sociohistórica das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer

Neste item apresenta-se o panorama da emergência sociohistórica, delimitação geográfica, infraestrutura de bens e serviços sociais e a caracterização socioeconômica das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer.

- **Comunidade Santo Antônio de Mucajá**

- a) A emergência sociohistórica da comunidade

Segundo relato dos moradores esta é a comunidade mais antiga, foi fundada em 1826, antes da fundação do próprio Município de Maués. O nome da comunidade foi inspirado pelas árvores de Mucajá (*Acrocomia aculeata*), árvore ornamental, espécie muito comum na área da comunidade (Figura 04). Segundo depoimento dos moradores antigos “eram tantos os pés de Mucajá que não se podia adentrar”, eles formavam uma barreira verde, hoje existem poucas árvores de Mucajá na comunidade (RODRIGUES, 2008).



Figura 05: *Acrocomia aculeata* (Árvore do Mucajá)
Fonte: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2007.

De acordo com os moradores da comunidade, os primeiros habitantes da comunidade eram indígenas, os mesmos se referem a membros da família que eram índios, como avós e bisavós. As famílias que residem hoje na comunidade são

descendentes destes primeiros moradores. Importa destacar que, estes relatos concordam com os estudos desenvolvidos na região, no que se refere às populações Amazônicas³.

b) Delimitação geográfica da comunidade

A comunidade de Santo Antônio de Mucajá está situada à margem direita do Rio Parauari, tendo a seu redor as seguintes comunidades: Aparecida, Nova Jerusalém, São João e Núcleo Irmãos Leda. (Cf. Figura 06).



Figura 06: Vista Frontal da comunidade Santo Antônio de Mucajá

Fonte: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2009

De acordo com informações mais recentes obtidas na pesquisa de campo, a comunidade Santo Antônio de Mucajá é formada por 108 famílias, perfazendo um total de 523 habitantes, sendo que somente 78 famílias residem na sede da comunidade, as demais moram no seu entorno. Esta comunidade encontra-se na área de entorno da Floresta Estadual de Maués. Conforme o Plano de Gestão da Floresta Estadual,

³ Chaves, 2001,1997; Rodrigues, 2008,2001; Souza, 1994; Wagley, 1998, entre outros.

apresentado pela Agência de Floresta da SDS, a comunidade é considerada estratégica, tanto para os comunitários como para a Unidade de Conservação (UC) por ser o principal pólo do município de Maués no rio Parauari.

c) Infraestrutura de Bens e Serviços Sociais na comunidade

No que concerne à infraestrutura e acesso a bens e serviços sociais, a comunidade é composta por 01 (uma) igreja católica, 02 (duas) igrejas evangélicas, sendo 01 (uma) Presbiteriana e 01 (uma) Adventista), 02 (duas) geradores de energia, sendo 01 (um) para abastecer as residências e 01 (um) para o abastecimento da escola da comunidade, 01 (um) poço artesiano; 02 (dois) transportes coletivos – Barco Comunitário, 01 (um) posto de atendimento de saúde comunitário - este posto é gerenciado por dois agentes de saúde que residem na própria comunidade, 02 (duas) escolas municipais, (dois) centros comunitários, 02 (dois) campos de futebol 01 (um) telefone público, 01 (uma) casa de farinha comunitária motorizada, 24 (vinte e quatro) motor de cevar comunitário.

As informações apresentadas no que diz respeito à infraestrutura indicam que a comunidade de Santo Antônio de Mucajá é uma das que apresentam melhor infraestrutura dentre as comunidades do rio Parauari, possuindo mais infraestrutura de saneamento básico (energia, água do poço artesiano comunitário, transporte), ao sistema educacional e de saúde, em relação às demais. No entanto, em relação ao acesso dos agentes sociais que vivem comunidade aos bens e serviços sociais, este ocorre de forma precarizada, principalmente para as famílias que residem no entorno da comunidade. As dificuldades de acesso a bens e serviços sociais são mais sentidas em relação aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica que é de responsabilidade da própria comunidade, assim como os serviços de saúde e de educação.

No que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica das residências da comunidade, a produção de energia é feita por meio do gerador à diesel de médio porte, o mesmo é administrado por um membro da comunidade, sendo que somente 72 casas são atendidas por este sistema de energia, no horário das 19horas às 22horas. Este gerador também serve para produzir energia para a bomba de água do poço para as residências comunitárias que possuem tanque para armazenamento de água.

O custo mensal para manutenção deste gerador é muito alto, neste sentido as famílias atendidas pagam R\$ 15,00 (quinze) reais para a liderança da comunidade, este recurso é pago pelos comunitários para manter os custos para compra do combustível e manutenção do equipamento. Vale destacar, que quando este gerador danifica a comunidade fica sem energia por muito tempo, pois o conserto depende do recurso que é pago pelas famílias das comunidades servidas pelo serviço, as quais não efetuam de forma efetiva o pagamento mensal por este serviço, em razão de terem uma renda baixa e não ser fixa.

Em relação ao fornecimento de água, esta funciona por meio do poço artesiano comunitário. Este poço foi adquirido por meio de doação, mas quem assume a manutenção e os custos mensais é a própria comunidade. As residências das famílias dos comunitários são abastecidas com a água deste poço de duas maneiras; a primeira corresponde às famílias que são usuários do serviço de abastecimento à água em suas residências e armazenam em tanques de 500 ou 1000 litros e a segunda são os comunitários que abastecem água no local onde está instalado o poço, em geral são as famílias que residem no entorno da sede da comunidade.

É importante destacar que a água fornecida pelo poço artesiano comunitário é usada principalmente para lavar louça, cozinhar e beber, pois os comunitários ainda permanecem utilizando água do rio como principal recurso para a produção agrícola,

higiene pessoal, lavar roupa e outras atividades domésticas.

No que se refere ao acesso aos programas e serviços de saúde, o posto atendimento de saúde comunitário existente na comunidade, ainda não está funcionando, a comunidade é assistida pelos agentes de saúde que realizam orientações preventivas às famílias, visitas domiciliares aos comunitários com algum problema de saúde e, nos casos graves de doença, acompanhamento ao comunitário doente até o hospital na sede do município.

Deste modo, observa-se que apesar de todo esforço dos agentes de saúde no acompanhamento às famílias, a assistência na área de saúde é bastante precária, pois para os comunitários terem acesso ao atendimento médico é necessário se deslocarem para a sede do município. O deslocamento é problemático considerando que, o custo do combustível é muito oneroso tanto pela quantidade, devido à distância de 08 horas de deslocamento da comunidade à sede do município, quanto em relação ao preço que é elevado no meio rural.

No que corresponde ao acesso dos comunitários à educação, apesar da comunidade possuir duas escolas, somente uma está ativa. Esta escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, no nível fundamental e médio. A presidente da comunidade afirmou que o ensino médio foi implantado recentemente. O Programa de Educação de Jovens e Adultos é o principal programa implantado na referida escola.

a) Caracterização socioeconômica da comunidade

Na comunidade Santo Antônio de Mucajá a população vive da produção de farinha. A farinha produzida nesta comunidade é apontada como uma das melhores farinhas do município, inclusive os produtores rurais já ganharam 01 (um) prêmio de melhor produto em 2006. Além da produção agrícola, os produtores da comunidade

desenvolvem a atividade de pesca e de extrativismo, principalmente de madeira e de óleos vegetais. Chaves (2009) argumenta em seus estudos, que estas atividades envolvem toda família e se constituem em momentos fundamentais de sociabilidade dos grupos domésticos entre si e com os demais membros da comunidade, além de está também articulada à organização sociopolítica da comunidade.

Em Mucajá existem 06 (seis) grupos de produção, 01 (um) Clube de Mães, União de Mães de Mucajá (UMM), que também possuem roçados e 01 (um) associação agrícola comunitária, Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá (ASCASAM). Apesar do significativo número de grupos de produção. A presidente da comunidade ressaltou que os produtores rurais, sejam os que estão inseridos em grupos, ou os produtores que trabalham individualmente, sentem diversas dificuldades no desenvolvimento das atividades agrícolas. Dentre as dificuldades apresentadas pela presidente, as principais são:

1. A falta de apoio por parte do poder público local com insumos agrícolas, financiamento e assistência técnica para que se possa proceder ao beneficiamento e reaproveitamento de rejeitos da mandioca e para o melhoramento da qualidade da farinha;
2. A dificuldade de comercialização e escoamento do produto, em decorrência da distância entre a comunidade e a sede do município.

Estas dificuldades estão vinculadas a diversos fatores, dos quais especificamente na comunidade de Mucajá, Chaves *et al* (2009) destaca-se em seus estudos os seguintes:

- a. O local de produção é muito distante da beira do rio, porque neste local a terra é mais fértil;
- b. Os produtores não possuem um transporte que seja compatível com o volume de produção. A comunidade possui um jericó, mas não está

funcionando sendo necessário que os comunitários transportem seus produtos em carrinhos de mão confeccionados em madeira ou nas costas por até 2 km (dois quilômetros) em estrada de barro.

- c. Os produtores centrarem sua produção na produção de farinha e quando chega o período de venda da farinha à concorrência no mercado local torna-se grande, por este motivo alguns produtores lucram e outros ficam com prejuízos.

Para a superação destas dificuldades os produtores vêm buscando se organizarem em grupos de produção e em associações de produção agrícola. Segundo a presidente da comunidade, torna-se cada vez maior o engajamento e a participação dos comunitários nos grupos de produção, no Clube de mães e na ASCASAM, assim como os mesmos estão em busca de capacitação para o aperfeiçoamento da sua produção. Os membros destes grupos já receberam treinamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (SEBRAE), por meio de cursos sobre Aprender a Empreender, Empreendedorismo Solidário, Associativismo e Cooperativismo.

Esta mobilização e engajamento aos grupos de produção e associações comunitárias, por parte dos produtores rurais, são decorrentes da busca dos mesmos para criação de estratégias coletivas para garantir o acesso a equipamentos e insumos agrícolas, além de bens e serviços sociais.

É importante, destacar que esta forma de mobilização comunitária não ocorre somente na comunidade Santo Antônio de Mucajá, mas também nas demais comunidades ribeirinhas da região, considerando as devidas diferenciações no contexto interno destas comunidades. Com o propósito de apresentar as semelhanças e diferenças

na modalidade de organização sociopolítica das lideranças comunitárias existentes entre a comunidade de Mucajá e Ebenézer, identificadas neste estudo, será apresentada uma breve caracterização da emergência sociohistórica, delimitação geográfica, infraestrutura de bens e serviços sociais e a caracterização socioeconômica da comunidade Ebenézer.

- **Comunidade Ebenézer**

- a) A emergência sociohistórica e a delimitação geográfica da comunidade

A comunidade Ebenézer está situada no lago do Juma, município de Maués/AM, a mesma é formada por 11 (onze) famílias, perfazendo um total de 40 habitantes, deste total 15 (quinze) não moram efetivamente na comunidade, mas que se consideram moradores da comunidade. Na figura 07 pode ser visualizada a frente frontal da comunidade Ebenézer.



Figura 07: Vista Frontal da Comunidade de Ebenézer.

Fonte: Banco de Dados Grupo Inter-Ação, 2009.

Esta comunidade está localizada nos domínios da Floresta Estadual de Maués, UC de uso direto. A formação sociohistórica da comunidade é resultante da divisão

ocorrida na comunidade Novo Paraíso, em decorrência de conflitos religiosos. (CHAVES *et al*, 2009).

b) Infraestrutura de Bens e Serviços Sociais na comunidade

Em relação às condições de acesso a bens e serviços sociais em Ebenézer, a comunidade possui uma infraestrutura composta por: 01 (uma) sede comunitária; 01 (um) transporte coletivo comunitário (canao/rabeta); 01 (um) motor de cevar; 01 (um) casa de farinha; 01 (um) campo de futebol; 01 (um) igreja evangélica (Presbiteriana), 01 (uma) escola; 01 (um) poço artesiano e 01 (um) motor gerador de energia elétrica à Diesel.

A escola da comunidade foi implantada no início de 2008 numa estrutura da igreja evangélica local e funcionou com 12 alunos até o segundo semestre de 2009, com Pré-escolar e Ensino Médio.

c) Caracterização socioeconômica da comunidade

Quanto aos tipos de atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, destacam-se: roça, guaraná, farinha, plantas medicinais e artesanato. Esta comunidade possui 01 associação comunitária que se encontra em processo de legalização, 01 associação de produção de artesanato, Arte Cabocla, 01 time de futebol, 01 horta de Plantas Medicinais, 02 hortas com legumes e verduras e 01 Farmácia Comunitária. (CHAVES *et al*, 2009).

As informações apresentadas relativas à emergência sociohistórica da comunidade ribeirinha Santo Antônio de Mucajá permitem compreender a dinâmica organizativa no plano sociopolítico, tanto interno quanto externo à comunidade. Pois, entende-se que a organização sociopolítica dos agentes sociais constitui-se como um dos fatores preponderantes na formação sociohistórica destas comunidades.

3.2. Perfil das lideranças comunitárias das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenezer

Na análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenezer foi imprescindível realizar a caracterização socioeconômica, política e cultural das lideranças comunitárias. Esta caracterização possibilitou elaborar o perfil dos líderes comunitários de ambas as comunidades, por meio da sistematização das informações coletadas na pesquisa de campo sobre gênero, faixa etária, naturalidade das lideranças, tempo em que os líderes comunitários residem na comunidade, grau de escolaridade, condições de moradia das lideranças, caracterização socioeconômica e organização sociopolítica.

- **Comunidade de Santo Antônio de Mucajá**

A comunidade Santo Antônio de Mucajá é formada por 15 (quinze) lideranças comunitárias, deste total, o estudo objetivava abranger (amostra) 07 (sete) lideranças comunitárias da comunidade Santo Antônio de Mucajá. Entretanto, a pesquisa foi realizada somente com 05 (cinco) líderes comunitários, entre homens e mulheres, correspondendo a 1/3 dos representantes dos grupos e associações comunitárias da comunidade de Mucajá.

É importante destacar que os líderes comunitários entrevistados são considerados pelos comunitários, que vivem em Mucajá, as lideranças que atuam de forma mais ativa na comunidade. As lideranças envolvidas na pesquisa foram:

1. Presidente da comunidade Santo Antônio de Mucajá;
2. Presidente da Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá

(ASCASAM);

3. Presidente do Clube de mães União de Mães de Mucajá (UMM);
4. Coordenador do Grupo de Trabalho Agrícola Santo Antônio;
5. Presidente do Time de Futebol para Sempre Vencedor (PSV).

Os motivos do estudo ter sido realizado apenas com estas lideranças estão relacionados: 1) ao não envolvimento de 1/5 representantes de grupos de produção, em razão de não manifestarem interesse de participarem do levantamento socioeconômico; e 2) a ausência da maioria dos líderes na comunidade, no período da realização da Pesquisa de Campo, alguns por terem ido a sede do município para resolverem problemas de ordem pessoal e outros por estarem trabalhando em seus roçados distantes da sede da comunidade.

a) Identificação das lideranças comunitárias

No estudo identificou-se que das 05 (cinco) lideranças comunitárias envolvidas no estudo, 03 (três) são do gênero masculino e 02 (dois) são do gênero feminino. O número maior de homens que atuam como representantes na comunidade Santo Antônio de Mucajá, assumindo cargos como presidentes das associações e lideranças dos grupos comunitários, está relacionado ao processo sociohistórico e cultural das relações de gênero masculino x feminino.

Em seus estudos sobre a questão de gênero, Bandeira (*apud* Campos, 2009) destaca que, apesar dos avanços ocorridos em relação à emancipação política da mulher na sociedade atual, a mulher ainda é vista como um ser frágil, designada para a maternidade e às atividades domésticas, enquanto aos homens lhe é atribuído a função de ser o chefe da família e, por conseguinte, no contexto comunitário a liderança

masculina também é expressiva.

No contexto comunitário, *locus* do estudo, apesar de haver mais líderes do gênero masculino, mas se observou que as mulheres vêm assumindo um espaço cada vez maior, no que se refere à representação sociopolítica na comunidade. Vale destacar, que, no período do estudo, a comunidade estava sendo liderada por uma mulher que conseguiu mobilizar e formar um grupo de mulheres.

Este grupo de mulheres apóia os grupos de produção liderados pelos homens, por meio da participação nos roçados, mutirões de colheita do guaraná e na produção da farinha, na casa de farinha comunitária. Além disso, as mulheres participam ativamente das atividades coletivas realizadas na comunidade (mutirões de limpeza, festas religiosas, assembléias comunitárias).

Outra representatividade sociopolítica, considerada como uma importante conquista das mulheres de Mucajá é o clube de mães União de Mães de Mucajá (UMM), por meio deste clube de mães, as mulheres conseguiram fortalecer a sua atuação política na comunidade, tornando-a mais reconhecida e respeitada pelas lideranças comunitárias do gênero masculino.

Para tanto, conforme as informações apresentadas devem ser consideradas o engajamento e a organização política das mulheres como elementos importantes no debate acerca da organização sociopolítica da comunidade ribeirinha de Mucajá. Neste estudo, observou-se que o reconhecimento da atuação política das mulheres na liderança comunitária constitui-se como uma conquista da emancipação sociopolítica das mulheres; da garantia do direito de participar nas tomadas de decisões políticas na comunidade e na luta por acesso a bens e serviços sociais (saúde, educação, transporte, insumos e equipamentos agrícolas) que atendam aos interesses coletivos da comunidade.

A partir do estudo foi possível observar que 2/5 dos líderes entrevistados fazem parte da faixa etária entre 35 a 39 e que 3/5 destes líderes corresponde à faixa etária de 50 a 59 anos. Os estudos anteriores realizados em Mucajá pelo Grupo Inter-Ação (2009), apontam 32% dos representantes dos grupos domésticos da comunidade encontram-se na faixa etária 25 a 29 anos e que somente 13% desses representantes compreende a faixa etária acima de 50 anos.

Ao realizar uma análise comparativa com os dados apresentados pelo Grupo Inter-Ação, pode-se indicar que não há um envolvimento significativo de jovens na liderança das entidades comunitárias na comunidade de Mucajá.

Tal situação poderá se tornar um fator desafiador para as lideranças comunitárias atuais, no que diz respeito à formação de novas lideranças para atuarem na comunidade. Tendo em vista que os líderes entrevistados estão a mais de 01 gestão assumindo cargo de presidente, mas 3/5 deles afirmaram que não pretendem ficar no cargo na próxima eleição e os mesmos não percebem o interesse por parte dos demais membros em assumirem este cargo. Assim como, não se observou nos relatos dos mesmos uma preocupação com a formação de líderes para assumirem seus cargos na comunidade.

Neste estudo, outro elemento considerado para a elaboração do perfil das lideranças comunitárias é a naturalidade das lideranças comunitárias. De acordo com as entrevistas realizadas com os líderes comunitários, observou-se que 4/5 desses agentes sociais nasceram em Mucajá. Disto decorre que os mesmos residem na comunidade há mais de 10 anos.

A trajetória sociohistórica destas lideranças comunitárias está vinculada às práticas tradicionais transmitidas de geração a geração e (re) atualizadas pelo exercício das atividades coletivas, sejam elas desenvolvidas nos grupos domésticos familiares, ou nas atividades comunitárias (mutirões de produção, festas religiosas, reuniões

comunitárias, dentre outras). Este fato repercute na formação das entidades comunitárias, pois estas lideranças foram protagonistas deste processo de formação e continuam sendo agentes sociais mobilizadores na organização política da comunidade.

b) Escolaridade das lideranças comunitárias

A situação de escolaridade das lideranças comunitárias envolvidas no estudo observou-se que todos os líderes entrevistados freqüentaram o ensino formal, bem como todos sabem ler e escrever. Contudo, no que se refere ao nível de escolaridade todos dos informantes estudaram até o Ensino Fundamental.

Vale destacar, que o nível de escolaridade das lideranças comunitárias envolvidas na pesquisa está relacionado às condições de acesso à escola na comunidade. Segundo os dados do levantamento da infraestrutura de acesso a Bens e Serviços Sociais na área da educação, na comunidade há somente uma escola que oferece formação até o ensino fundamental, por meio do Programa de Educação para Jovens e adultos. Sendo que a referida escola teve implantação recente.

No entanto, vale destacar que o número de vagas é muito reduzido para atender a demanda existente, pois esta escola também atende às demandas de outras comunidades no entorno.

Este fator, aliado aos problemas de saúde (problemas oftalmológicos), atividade produtiva exaustiva, dentre outros problemas incidiu nas condições de acesso das lideranças comunitárias participantes do estudo ao ensino formal existente na comunidade, pois líderes entrevistados 4/5 afirmaram que não conseguiram prosseguir com os estudos. Mas 3/5 dos líderes entrevistados relataram que pretendem prosseguir com estudos, pois entendem que a formação escolar aliada ao conhecimento e a experiência de vida são fundamentais para o seu desenvolvimento como liderança na

comunidade.

No estudo foi observado que dentre as principais reivindicações da liderança da comunidade, destaca-se a ampliação do número de professores para a escola da comunidade, além da motivação, principalmente dos comunitários na idade adulta para a continuidade dos estudos.

Deste modo, entende-se que no contexto comunitário rural o ensino tradicional, apreendido no decorrer da trajetória sociohistórica de vida dos agentes sociais e passado geração em geração, aliado ao ensino formal são elementos fundamentais na construção da consciência política dos comunitários. Fator este que fomenta o crescimento e fortalecimento das organizações comunitárias.

c) Caracterização socioeconômica das lideranças comunitárias de Mucajá

Nas comunidades ribeirinhas a dimensão econômica não se separa da dimensão social e política, pelo contrário no âmbito do desenvolvimento das atividades produtivas é que são estabelecidas as relações sociais que constroem a identidade sociopolítica dos comunitários.

Na comunidade Mucajá, o estudo revelou que a liderança comunitária se auto intitula como agricultores. Assim como, as lideranças comunitárias de Mucajá, todos os líderes comunitários também desenvolvem a atividade agrícola há mais de 10 anos. Esta ocupação é considerada por estes agentes como a principal atividade econômica desenvolvida na comunidade, ainda que exerçam simultaneamente outras atividades (pesca, extrativismo, artesanato, comércio, entre outros).

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, a atividade produtiva não se restringe ao fator econômico, mas está relacionada à sociabilidade do grupo, assumindo caráter de relevância sócio-cultural e política em que todos os integrantes do grupo

doméstico se envolvem em atividades coletivas peculiares aos povos tradicionais da região, como *mutirões*, *ajuris*, *puxiruns*, dentre outras (CHAVES 2001).

Na comunidade Mucajá, estas atividades coletivas constituem-se como processos sociais e manifestações coletivas que estão vinculadas intrinsecamente à organização política desta comunidade. Na comunidade de Mucajá, as lideranças comunitárias se organizam politicamente principalmente por meio da formação de grupos de produção e associação agrícola, até mesmo o clube de mães e os times de futebol também colaboram nas atividades agrícolas na comunidade, colaborando nos mutirões comunitários.

- **Comunidade Ebenézer**

A liderança da comunidade de Ebenézer é formada por 04 (quatro) membros - o líder comunitário, o vice-líder, a secretária e o tesoureiro. Sendo assim, o estudo foi realizado com todos os membros que compõe a liderança na comunidade, sejam homens e mulheres.

- a) Identificação das lideranças comunitárias

Na comunidade de Ebenézer, em relação ao gênero das lideranças comunitárias, verificou-se que dentre os membros das lideranças comunitárias envolvidas no estudo, 3/4 desses agentes sociais são do gênero masculino. Deste modo, assim como na comunidade de Mucajá, percebeu-se que a maioria das lideranças da comunidade são homens.

Entretanto, observou-se que as mulheres desempenham uma atuação política significativa, participando dos diversos espaços de tomadas de decisão política (assembléias comunitárias, reuniões e encontros) seja em Ebenézer, nas demais

comunidades e na sede do município de Maués. Vale destacar, que a secretária da comunidade, depois do líder, é considerada a mais importante agente social de mobilização da comunidade, tanto na organização política, quanto na produção a mesma é responsável pela produção da horta orgânica de Plantas Medicinais, do Viveiro de Plantas Nativas e da Farmácia Comunitária.

Os estudos do Grupo Inter-Ação (2009), relacionado à questão de gênero no contexto rural Amazônico, reafirmam que a participação das mulheres exerce influência na organização dos grupos domésticos familiares, na organização sociopolítica e nas atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades em que vivem.

Deste modo, neste trabalho, destaca-se a atuação das mulheres como agentes sociais que buscam fortalecer a sua identidade política, não competindo com os homens pela liderança comunitária, mas objetivando o reconhecimento da sua atuação nos grupos domésticos e nas atividades coletivas na comunidade, no âmbito interno e externo à comunidade ribeirinha de Ebenézer.

Quanto à faixa etária das lideranças comunitárias participantes do estudo na comunidade Ebenézer 03 líderes possuem entre 25 a 39 anos e 02 deles compreende a faixa etária entre 55 a 59 anos.

Deste modo, observou-se que há diferença em relação à faixa etária dos líderes comunitários de Mucajá, pois em Ebenézer há o envolvimento de jovens e adultos na liderança comunitária. Entretanto, o presidente da comunidade, assim com os líderes comunitários de Mucajá, vem assumindo a presidência da comunidade há quase 10 anos.

Em decorrência deste presidente também ser um Agente Ambiental Comunitário da Floresta Estadual de Maués, o mesmo afirmou que é um desafio assumir o cargo de líder da comunidade e de agente comunitário, mas não percebem o interesse dos demais

comunitários para assumirem o cargo de presidente da comunidade. Entretanto, o mesmo informou que está buscando motivar e preparar os membros da diretoria da comunidade para assumirem a liderança comunitária, no futuro próximo.

Em relação à naturalidade das lideranças comunitárias de Ebenézer, diferentemente das lideranças de Mucajá, todos nasceram em outras localidades rurais. Apesar dos líderes comunitários de Ebenézer não serem naturais de Ebenézer, mais todos foram protagonistas da emergência desta comunidade.

Para tanto, estas lideranças comunitárias vem imprimindo neste processo a sua identidade sociocultural e política. Sendo assim, pode-se afirmar que a trajetória sociohistórica da comunidade de Ebenézer está vinculada a constituição das lideranças comunitárias. Cabe ressaltar, que a formação desta comunidade é resultado da luta engendrada pelas lideranças comunitárias e pelos demais comunitários na defesa da conservação dos recursos naturais na comunidade e nas áreas de entorno da FEM.

b) Escolaridade das lideranças comunitárias

No estudo observou-se que o presidente e as demais lideranças comunitárias entrevistadas freqüentaram o ensino formal, bem como todos sabem ler e escrever. Contudo, no que se refere ao nível de escolaridade desses agentes sociais, verificou-se que os mesmos cursaram até o Ensino Fundamental.

O fato das lideranças comunitárias terem cursado o ensino médio, corresponde à própria situação de escolaridade nas comunidades rurais do município de Maués. Neste município, a maioria das comunidades ribeirinhas que possuem escola, o nível de escolaridade alcança apenas até o Ensino Fundamental.

Na comunidade de Ebenézer, a escola foi uma das principais conquista da organização política das lideranças comunitárias, pois desde a fundação da comunidade

em 2001, apenas em 2008 é que a escola foi criada e oficializada nesta comunidade. Este fato decorreu do número de famílias residindo nesta comunidade ser considerado pequeno (06 famílias), em relação à quantidade mínima de famílias por comunidade (20 famílias) estabelecida como critério da Secretaria Municipal de Educação de Maués. Desafiando, assim a comunidade além de lutar pela implantação da escola, criar estratégias de mobilização dos comunitários que moravam no entorno da comunidade a se tornarem moradores da comunidade, fato este que repercutiu no aumento das famílias nesta comunidade, de 06 (seis) para 14 (quatorze) famílias em 2009.

Em relação à continuidade dos estudos 3/4 das lideranças comunitárias entrevistadas afirmaram que pretendem prosseguir os estudos, pois entendem que o ensino formal articulado aos conhecimentos tradicionais, adquiridos no decorrer da sua trajetória de vida, constituem-se em elementos imprescindíveis para o fortalecimento da organização comunitária.

c) Caracterização socioeconômica das lideranças comunitárias

Na caracterização socioeconômica das lideranças comunitárias, a ocupação desses agentes sociais constitui-se como um dos principais elementos de análise para perceber a identidade sociopolítica dos mesmos. (CHAVES, 2001). Neste estudo, verificou-se que todas as lideranças comunitárias se auto denominaram agricultores.

Deste modo, o estudo revelou que a identificação sociopolítica das lideranças comunitárias de Ebenézer é de agricultor, pois esta ocupação é considerada por estes agentes como a principal atividade econômica desenvolvida na comunidade. Cabe ressaltar, que a agricultura é desenvolvida há mais de 10 (dez) anos por estes agentes sociais. Os mesmos afirmaram que aprenderam esta profissão com os pais, acompanhando - os nos roçados, nos mutirões de produção comunitários, dentre outras

atividades laborais. Estes agentes sociais podem ser considerados como produtores polivalentes, pois exercem simultaneamente outras atividades como a pesca, o extrativismo, o artesanato, o comércio, entre outros.

É imprescindível destacar, que no contexto comunitário rural o desenvolvimento destas atividades dificilmente ocorre de forma individual. Castro (1997) afirma em seus estudos que no desenvolvimento das atividades produtivas nas comunidades tradicionais ocorre um processo de sociabilidade interfamiliar. Pode-se afirmar que no processo de sociabilidade gerado na atividade produtiva, além da inter-relação entre os grupos domésticos familiares, também ocorrem as articulações políticas. Estas resultam na formação dos grupos agrícolas, associações comunitárias, empreendimentos comunitários, dentre outras formas de organização comunitária.

3.3. Dinâmica organizativa das entidades comunitárias das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenezer

Na exposição da dinâmica organizativa interna atual das entidades comunitárias das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenezer será considerado o processo de formação das entidades comunitárias envolvidas no estudo. A caracterização da emergência sociohistórica das entidades comunitárias envolvidas no estudo se constitui num subsídio imprescindível para se analisar as relações sociais e as estratégias de mobilização sociopolítica das lideranças comunitárias para o acesso a Bens e Serviços Sociais, no contexto interno e externo às referidas comunidades.

- Comunidade Santo Antônio de Mucajá

Na comunidade de Mucajá existem 05 grupos de produção agrícola, 05 Times de

Futebol, 01 Clube de Mães, 01 associação agrícola comunitária, 01 (uma) comissão de 04 (quatro) comunitários que lideram a comunidade e 02 lideranças religiosas (Igreja Presbiteriana de Mucajá e a Igreja Católica Santo Antônio de Mucajá). Entretanto, no estudo foram envolvidas as seguintes entidades organizativas:

- Comissão da presidência da comunidade;
- Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá (ASCASAM)
- Clube de mães União de Mães de Mucajá (UMM)
- Grupo de Trabalho Agrícola Santo Antônio
- Time de Futebol Para Sempre Vencedor (PSV)

Estas entidades foram envolvidas a partir dos seguintes critérios de seleção: estar em atividade na comunidade e ser considerada uma entidade representativa para os comunitários, tanto no contexto interno, quanto externo à comunidade.

No que diz respeito à comissão que lidera a comunidade, a mesma é formada por 01 (um) presidente, 01 (um) vice-presidente e 02 (secretários). Atualmente é presidida por uma mulher, a mesma afirmou que atua como presidente da comunidade desde 2005 e que já está passando o cargo para o outro líder, por haver completado o seu mandato de 02 anos e não ter conseguido se reeleger na última eleição.

A constituição desta comissão obedece ao Diretório Pastoral da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués⁴, principal Igreja Católica do Município de Maués. No referido documento são contempladas todas as ações de natureza sociopolítica, econômica e evangelística da referida paróquia, assim como as normas e diretrizes para a escolha e eleição das lideranças comunitárias, nas comunidades da sede e na área rural

⁴ O Diretório Pastoral é um documento normativo, de caráter flexível, aprovado pelo Bispo da Arquidiocese de Parintins elaborado pelo Conselho Pastoral Paroquial e dos Coordenadores de Setor que compõe a comissão administrativa, financeira e religiosa da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués, com reconhecimento legal registrado em cartório.

do município de Maués.

A eleição dos membros da comissão da liderança comunitária ocorre por meio de Assembléia Comunitária⁵. De acordo com relato da presidente, nesta assembléia são indicados os comunitários que irão compor as comissões para concorrerem à eleição, após essa indicação, os nomes são entregues para o Coordenador do Setor do Rio Parauari que os encaminha para o Conselho Paroquial aceitarem ou não para concorrerem à eleição. Os critérios para a indicação dos membros das comissões para concorrerem à liderança da comunidade são:

- ✓ Ter residência fixada na comunidade;
- ✓ Ser membro da Igreja Católica Santo Antônio de Mucajá;
- ✓ Ter reconhecimento pelos demais membros da comunidade como pessoa ética e idônea;
- ✓ Participar ativamente das atividades coletivas realizadas na comunidade.

Dentre esses critérios o que define se o comunitário poderá concorrer à liderança na comunidade está a de ser membro ativo da Igreja Católica. Conforme pode ser observado no relato da presidente da comunidade:

[...] pela conversa do padre só participa pra liderança só quem é da Igreja Católica. Ele não aceita de outra igreja não. E também pra votar ele também não concorda que as outras igrejas votem, mas às vezes o coordenador de setor fala lá pra ele que tem outras igrejas que participam muito das atividades, ajudam a igreja católica. Aí pode só votar. (Presidente da Comunidade de Mucajá, 2010)

⁵ Esta assembléia é uma reunião comunitária realizada a cada 02 anos para avaliação das atividades desenvolvida pela liderança atual e para eleição da nova presidência da comunidade.

A referida presidente enfatizou que esta escolha oficialmente não tem vinculação à prefeitura, ou à outra entidade governamental, bem como à outra ONG, somente com a Igreja Católica.

A presidente da comunidade afirmou que para o líder comunitário eleito assumir a liderança da comunidade é necessário apresentar-se ao Coordenador do Setor, assim como receberem a carteira de líder e realizarem o curso de liderança comunitária. Este curso é realizado pelo próprio coordenador do Setor ou pelo Pároco da Igreja Matriz de Maués, na comunidade que representa o Setor no caso a comunidade Acoaera.

A comunidade não possui Estatuto e/ou plano de trabalho elaborado pelos comunitários, pois é entregue a liderança da comunidade o Guia do Líder, este documento contém as orientações sobre a atuação do líder durante o seu mandato, amparado pelo Diretório Pastoral, contudo a presidente da comunidade afirmou que nem sempre a comunidade segue na íntegra as diretrizes deste documento, pois a liderança desenvolve suas atividades conforme a dinâmica cotidiana da comunidade.

A principal atribuição da liderança da comunidade é representar a comunidade junto à Coordenação do Setor do Rio Parauari⁶ e “[...] ajudar os comunitários e as outras lideranças, os grupos de produção da comunidade para conseguirem benefícios e recursos para a melhoria da vida de toda a comunidade”. (Presidente da Comunidade de Mucajá, 2010).

Embora a presidente da comunidade de Mucajá tenha como atribuição principal participar dos encontros, reuniões e cursos de formação/capacitação do Setor do Rio Parauari, mas a mesma vem buscando com os demais membros da comissão de liderança da comunidade apoiar todas as lideranças, grupos de produção e os grupos domésticos familiares lutando para que a comunidade tenha acesso a bens e serviços

sociais (saúde, educação, transporte, equipamentos e insumos agrícolas).

É necessário destacar, a significativa influencia da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués na organização política da comunidade. A interferência da Igreja Católica é mais forte na eleição da comissão de liderança da comunidade, pois é o Conselho Paroquial e a Coordenação do Setor do Rio Parauari que legitimam a eleição do presidente da comunidade e dos demais membros da comissão de liderança da comunidade.

No entanto, percebeu-se que a liderança comunitária não segue todas as diretrizes e normas estabelecidas no Plano Pastoral Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués, uma das normas que a liderança comunitária de Mucajá vem negociando com o Conselho Paroquial é a de que todos os comunitários possam participar na escolha do presidente da comunidade, independente de religião.

Este fato demonstra que, embora a liderança comunitária não tenha total autonomia em relação eleição da presidência comunitária, mas a mesma possui uma dinâmica própria na forma de condução das ações coletivas. Esta dinâmica está vinculada às relações sociais estabelecidas pela liderança comunitária com os demais líderes e comunitários de Mucajá no contexto interno.

Estas relações são estabelecidas no desenvolvimento das atividades coletivas cotidianas (mutirões de limpeza, roçados, reuniões comunitárias, festas religiosas, torneios de futebol, dentre outras ações coletivas). Sendo assim, pode-se inferir que a organização política da comunidade de Mucajá constitui-se como um processo sociohistórico construído na cotidianidade, não linear, mas como processo dialético, no qual se tem como elemento dinamizador principal as condições concretas dos agentes sociais em coletividade.

⁶ A coordenação do Setor do Rio Parauari é formada pelas lideranças das comunidades que estão situadas às margens do Rio Parauari, a mesma se constitui numa comissão comunitária vinculada ao Conselho

A comissão de liderança da comunidade é considerada pelos comunitários a primeira instância na representatividade da comunidade, depois da mesma, outra entidade que representa a comunidade junto ao poder público local é Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá (ASCASAM).

2) Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá (ASCASAM)

A Associação Comunitária Agrícola Santo Antônio de Mucajá é uma organização comunitária formada por 150 (cento e cinquenta) produtores rurais. De acordo com o presidente associação, a mesma foi criada em 21 de abril de 1994 com o objetivo de possibilitar aos produtores associados obtenção de crédito e apoio financeiro para a produção comunitária junto aos Bancos, agências financeiras e órgãos públicos, tais como: IDAM, SEPROR, Banco da Amazônia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Fundação Walter de Almeida. Além de apoiar na produção coletiva, na comercialização e no escoamento de produtos no mercado local e externo.

A ASCASAM foi fundada a partir de uma reunião entre alguns comunitários de Mucajá e comunidades vizinhas, afirmou o presidente da associação. As comunidades envolvidas foram: São João, Jerusalém, Nossa Senhora Aparecida, Novo Paraíso do Juma, Menino de Deus do Acaoera, Vila Darcy, Vila Nova do Maringá, Laranjal, Santo André. Essa associação ainda não possui sede própria, mas possui estatuto e CNPJ.

Esta associação é formada pelo presidente, vice-presidente, secretário, conselheiro fiscal. O presidente informou que diferentemente do sistema de eleição da liderança da comunidade, na ASCASAM são os membros associados que escolhem por meio de votação a diretoria da associação, a cada dois anos.

Os produtores associados pagam uma mensalidade de R\$ 2,00 reais. Para se tornar membro da associação, os produtores pagam R\$ 20,00 reais. Com este recurso

são pagos os impostos anuais da associação e também é realizada a manutenção do barco de propriedade da associação.

Em relação à articulação com as demais organizações comunitárias existentes na comunidade, o presidente da associação afirmou que a ASCASAM busca apoiar e trabalhar em conjunto com todos os grupos de produção, mas o mesmo ressaltou que na comunidade há grupos que trabalham de modo isolado, que se organizam somente para adquirirem os benefícios para os seus membros. Essa participação pode ser observada no relato do presidente:

[...] nossa associação é para beneficiar todos os produtores da comunidade, mas tem grupo que trabalha sozinho, muitos nem participam das reuniões da comunidade, querem se desenvolver sozinhos (Presidente da ASCASAM, 20).

Por ser a primeira associação criada na comunidade de Mucajá e ter as documentações de legalização oficializadas - Estatuto reconhecido no cartório, Certificado Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), dentre outros – a mesma é considerada pelos comunitários de Mucajá como a entidade comunitária que mais representa a comunidade junto ao poder público local para aquisição de equipamentos, insumos agrícolas e transportes para os produtores da comunidade.

Dentre os bens e serviços sociais que os produtores adquiriram por meio da associação, destacam-se o crédito junto ao BASA, 01 (um) barco com capacidade para 20 pessoas, orientação técnica e insumos para a produção.

3) União de Mães de Mucajá

Outra entidade comunitária, que vem fortalecendo a sua organização representatividade política tanto no contexto interno, quanto externo à comunidade de

Mucajá é o clube de mães União de Mães de Mucajá (UMM).

O clube de mães União de Mães de Mucajá (UMM) é uma organização comunitária formada por 32 (trinta e duas) mulheres da comunidade de Mucajá. Este clube foi criado em abril de 2005, a partir da iniciativa de algumas mulheres que tinham interesse em realizar atividade de geração de renda de forma coletiva.

Essas mulheres vinham trabalhando em conjunto, por meio dos mutirões de produção realizados na comunidade, contudo o objetivo principal das mesmas era criar um clube de mães e, assim desenvolver outras atividades além do roçado.

Deste modo, solicitaram apoio do casal missionário do Projeto Maués para Cristo da Igreja Presbiteriana de Petrópolis de Manaus, para efetuar a organização e a legalização do clube de mães, como a referida igreja possuía parceria com o Grupo Inter-Ação, então o casal apresentou a demanda ao Grupo, e o mesmo iniciou o processo de assessoria técnica para organização e legalização do clube de Mães.

A presidente destacou que a partir desta assessoria as mulheres se motivaram para trabalharem na geração de renda em grupo. A UMM possui uma sede própria, construída pelas próprias mulheres e já estão com a documentação para a legalização do clube encaminhada ao cartório, por meio do apoio do Grupo Inter-Ação.

O principal objetivo do clube de mães União de Mães de Mucajá é o reconhecimento da importância do trabalho e do valor das mulheres na comunidade, como pode ser observado no discurso da presidente do Clube de Mães:

O objetivo é a criação do clube da união de mães para que fosse um trabalho de mulheres apresentado na comunidade e que elas tivessem valor na comunidade, que tivesse um grande valor, pois elas não tinham um trabalho e hoje graças a Deus seus maridos apóiam e gostam do trabalho. (Presidente da União de Mães de Mucajá, 2010).

No que diz respeito à dinâmica organizativa interna da UMM, a diretoria é formada por presidente, vice-presidente, secretária e 03 (três) conselheiras fiscais. Em relação ao sistema de eleição da diretoria do clube de Mães, segundo a presidente no momento está ocorrendo por indicação. Todavia, a diretoria já organizou o regimento interno e o Estatuto e, a partir de 2011, regularizarão a eleição por meio de votação, a cada 02 (dois anos).

Neste clube as reuniões ocorrem duas ou três vezes no mês, sendo que as mulheres encontram-se para trabalhar na produção todos os sábados. Segundo a presidente da UMM, as mulheres produzem artesanato, crochê, roupas, bolsas, tapetes com retalhos de pano, dentre outros produtos. As mulheres também participam de diversas atividades que acontecem na comunidade como as das festas juninas e a festa do Padroeiro Santo Antônio de Mucajá da comunidade realizando apresentação de canto e de dança, *Quadrilha das Mulheres na Roça*, elas utilizam também esses espaços para exporem e comercializarem seus produtos, assim como realizam rifas e bingos para adquirirem recurso financeiro para o caixa da UMM.

Os produtos confeccionados pelas mulheres são comercializados na própria comunidade, na sede do município e até mesmo em Manaus. Com a venda dos materiais as mulheres já conseguiram comprar mais materiais para a produção, além de estarem colaborando na renda familiar, pois segundo presidente do clube de mães (2010) “[...] a nossa venda dos produtos já deu até para nós ajudar nossos maridos, tem mães que até já paga a luz e a água com este dinheiro”.

Além dessas atividades as mulheres ainda colaboram significativamente no período de plantação e produção da farinha na comunidade, assim como estão produzindo hortaliças e, também plantas medicinais, preparam medicamentos (chás ungüentos, infusões, xaropes e outros) quando recebem alguma demanda da

comunidade, principalmente em casos de acidentes, doenças e partos de mulheres, dentre outros.

4) Grupo de Trabalho Agrícola Santo Antônio

Dentre os grupos de produção mais atuantes da comunidade, o Grupo de Trabalho Agrícola Santo Antônio foi o primeiro grupo a receber equipamentos e insumos agrícolas do projeto governamental Terceiro Ciclo do Governo Estadual, sendo considerado pelos produtores locais como grupo que possui a maior área da produção de mandioca na comunidade.

O Grupo de Trabalho Agrícola Santo Antônio é uma organização comunitária formada por 17 (dezessete) comunitários da comunidade de Mucajá. Este grupo foi criado em 2002, a partir da iniciativa de um dos comunitários da própria comunidade que mobilizou os demais para trabalharem coletivamente para a produção de um roçado em uma área de 36 hectares.

De acordo com o presidente do grupo, o principal objetivo é promover sustentabilidade da família: “o objetivo era a nossa família, nós fizemos esse grupo pra realmente a nossa família passar bem não ficar necessitando de compra isso comprar aquilo”.

A diretoria do Grupo de Trabalho Agrícola Santo Antônio é formada por presidente, secretário, tesoureiro e 02 (dois) conselheiros fiscais. Neste Grupo as reuniões são realizadas de três em três meses, nestas reuniões a participação maior é dos membros que compõem a diretoria, os demais membros e seus familiares participam principalmente dos mutirões de produção, no período da plantação, colheita da mandioca, assim como na produção da farinha.

A eleição da liderança ocorre por meio de votação entre os membros do

Grupo, a cada dois anos. O atual presidente do grupo informou que assume este cargo há 06 (seis) anos. O Grupo recebe financiamento do BASA para ampliação da produção da farinha e contínuo acompanhamento de um técnico agrícola. A área de produção compreende 30 hectares de mandioca.

A principal atividade desenvolvida pelo Grupo é a realização de mutirões para a plantação da mandioca, este Grupo também já produziu arroz. Este tipo de cultura foi implantado pelos comunitários a partir do projeto governamental do Terceiro Ciclo do Governo Estadual, mas em decorrência dos produtores não receberem efetivo apoio técnico, a plantação de arroz não prosperou suficientemente para a comercialização e atualmente plantam somente para o consumo familiar.

Quanto à articulação com os demais grupos de produção, associação comunitária, clube de mães e liderança comunitária, apesar de cada uma dessas organizações possuírem interesses próprios, foi possível perceber no estudo que as mesmas buscam desenvolver um trabalho coletivo em prol da melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem nas comunidades, conforme afirmação no discurso do Presidente do Grupo de Produção:

[...] Agente pode ter objetivo diferente, mas se a comunidade precisa do nosso apoio para conseguir um beneficiamento, agente reuni todo mundo e trabalha em conjunto. A gente quer que a comunidade se desenvolva para melhor. (Presidente do Grupo de Produção, 2010)

O grupo atualmente está com o objetivo de desenvolver Plano de Manejo para cada grupo doméstico para gestão da produção, inclusive o presidente informou que alguns membros já participaram de cursos de formação realizados pela SDS e que solicitaram orientação e apoio do Grupo Inter-Ação para elaborarem seus planos de manejo.

5) Time de Futebol Vencedor (PSV)

Além do número significativo de grupos de produção agrícola existentes em Mucajá, há também um número expressivo de times de futebol, dentre eles o mais antigo é o Time de Futebol Vencedor (PSV), o mesmo também se destaca na organização comunitária, pela sua representatividade quanto à mobilização comunitária na área esportiva e no apoio às demais entidades comunitárias locais.

O Time de Futebol Vencedor (PSV) é uma organização esportiva comunitária composta por 18 (dezoito) comunitários da comunidade de Mucajá, mas não possui registro legal. Este time de futebol foi criado em 1992, com o objetivo de oferecer atividades alternativas para os jovens que não tinham interesse em trabalhar nas atividades produtivas e somente viviam da bebida, do uso e do tráfico de drogas. De acordo com o presidente esse objetivo vem sendo alcançando “[...] muito daqueles jovens que viviam do vício da bebida hoje são pais de família, esse time já ajudou muita gente”.

Em relação à dinâmica de organização interna, o presidente afirmou que o time de futebol não possui uma rotina de reuniões, somente se reúnem quando participam de campeonatos na comunidade e na sede do município de Maués, eles realizam treinamento todos os sábados e domingos. Este time participa dos campeonatos de futebol na Festa do Padroeiro Santo Antônio de Mucajá, no Campeonato do Setor do Rio Parauari e no Campeonato da Liga Esportiva de Maués.

Além da participação dos membros nos campeonatos e torneios comunitários, o presidente afirmou que os mesmos também colaboram nos mutirões de limpeza e de produção da comunidade realizados pela liderança da comunidade.

A análise do processo de formação e da dinâmica organizativa interna atual das

entidades comunitárias envolvidas no estudo possibilitou perceber as peculiaridades da organização sociopolítica da comunidade Santo Antônio de Mucajá que as diferenciam das demais comunidades.

- Comunidade Ebenézer

A comunidade de Ebenézer apesar de ser uma comunidade ribeirinha considerada de pequeno porte, mas a mesma possui diversos empreendimentos comunitários. Vale destacar que no período de formação da comunidade, uma das estratégias para organização das famílias que se encontravam dispersas ao longo do lago do Juma foi entrar em contato com grupos e instituições que pudessem contribuir neste processo de constituição da comunidade. Neste contexto, um dos grupos contatados foi o Grupo Inter-Ação que, por solicitação dos comunitários, prestou assessoria para a comunidade e formulou um projeto de desenvolvimento comunitário, o qual propunha a criação dos seguintes empreendimentos:

- a) Associação Arte Cabocla: nesta associação são confeccionados adornos e acessórios (colar, anéis, brinco, pulseira); utensílios (porta caneta, porta escova de dente, porta joia); decorativos (peixes, pássaros, peixe-boi, entre outros). A matéria prima é retirada da própria natureza, tais como: galhos, pedras, âmagos, sementes, folhas, dentre outros rejeitos locais, voltada para produção de artesanato com produtos locais, pelas lojas de artesanato da sede do município, fornece matéria-prima a outros artesãos;
- b) Horta Orgânica de Plantas Medicinais: Produção de Plantas Medicinais há mais de 1.000 pés de plantas medicinais com mais de 60 espécies que continuam sendo plantadas apenas para serem utilizados como adubo

orgânico, que além de darem suporte à farmácia local, são comercializadas⁷;

- c) Farmácia Comunitária: mantida pela coleta de cascas e folhas da flora local que são utilizadas para o tratamento de doenças, mas também servem para geração de renda;
- d) Viveiro de Plantas Nativas: Este viveiro é composto por mudas de fruteiras coletadas na floresta e acomodadas na mata, serve para realizar a conservação de espécies raras e/ou em extinção.

No que diz respeito à composição e os critérios de eleição da liderança da comunidade ocorre de forma diferenciada da eleição realizada em Santo Antônio de Muçajá. Na comunidade de Ebenézer, a liderança da comunidade é composta pelo presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Segundo o presidente a diretoria está se organizando para criar e legalizar a associação da comunidade.

No que se refere às normas e diretrizes para eleição das lideranças comunitárias, segundo o presidente a eleição da liderança da comunidade ocorre na Assembléia Comunitária, realizada a cada 02 anos. Nesta assembléia são nomeados os membros da diretoria pelos próprios comunitários. Dentre os critérios estabelecidos pelos comunitários para esta nomeação, o presidente da comunidade relacionou os principais, quais sejam: 1) reconhecimento pelos demais membros da comunidade como pessoa ética e idônea; 2) participar ativamente das atividades coletivas realizadas na comunidade e 3) representar a comunidade nas reuniões na comunidade e fora da comunidade.

⁷No município de Maués, a horta de plantas medicinais é considerada referência em razão da diversidade de espécies de plantas, bem como esta horta já foi objeto de duas pesquisas realizadas pelo Grupo Inter-Ação. O primeiro estudo resultou na elaboração de uma dissertação de mestrado e na catalogação das plantas no herbário de pesquisa da UFAM, a segunda pesquisa resultou na produção de uma tese de doutorado para o Programa de Doutorado de Gestão em Biotecnologia, tendo como proposta a formulação de mecanismo de proteção aos saberes tradicionais.

O presidente da comunidade afirmou que a escolha dos membros da diretoria não sofre influências externas, pois são próprios comunitários que decidem pela escolha da diretoria, independente de religião. Segundo o presidente da comunidade não há uma participação ativa de todos os membros da diretoria, mas são os comunitários que apóiam os trabalhos coletivos da comunidade, os outros comunitários que moram no entorno da comunidade trabalham de forma individual, conforme expresso no relato exposto a seguir:

[...] quando eu estou lá, a gente ajunta, participa junto, e as pessoas acabam se integrando dentro do trabalho. Quando eu não to, eles ficam esperando por mim. Quando eu chego, eles fazem aquele grupo e começa a capinar, a trabalhar junto, fazer a limpeza de roça. (Presidente da Comunidade de Ebenezer, 2010)

Apesar de não haver uma participação ativa de todos os membros da diretoria, mas o presidente e a secretaria da comunidade são bastante atuantes na luta pela garantia de acesso a bens e serviços para a comunidade, assim como participam dos encontros, reuniões comunitárias, cursos de capacitação e formação que são realizadas nas demais comunidades e na sede do município. Vale destacar, que o líder da comunidade é um dos agentes comunitários de fiscalização da Floresta Estadual de Maués mais atuante, reconhecido oficialmente pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS).

Neste sentido, o presidente da comunidade enfatizou que busca trabalhar em conjunto com os demais líderes das comunidades do Rio Parauari, no entanto relatou que há muitos conflitos de interesse:

Quase todos os líderes da comunidade não querem trabalhar em coletivo, só querem as coisas para sua comunidade, uns querem ser líder só para conseguir benefícios para si. (Presidente da Comunidade de Ebenézer, 2010).

Segundo o presidente, o mesmo vem empenhando esforços para fortalecer a organização sociopolítica da comunidade Ebenézer, por meio da mobilização da participação dos demais comunitários.

Na análise realizada acerca da organização sociopolítica das comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer observou-se que ambas as comunidades apresentam peculiaridades próprias, que as diferenciam quanto às relações sociais e as estratégias de mobilização comunitária no âmbito interno e externo à comunidade.

3.4. As relações sociais e as estratégias de mobilização sociopolítica das lideranças comunitárias nas comunidades Santo Antônio de Mucajá

Neste item será apresentada a análise acerca das relações sociais e as estratégias de mobilização sociopolítica das lideranças comunitárias para o acesso a Bens e Serviços Sociais, no contexto interno e externo às comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenezer. Nesta análise, também serão destacadas as semelhanças e diferenças na modalidade de organização sociopolítica entre ambas as comunidades.

Na comunidade de Mucajá observou-se que, embora cada entidade comunitária seja diferenciada na sua forma de organização, apresente objetivos, interesses particulares e ações diferenciadas, mas há uma inter-relação entre as mesmas e com as demais entidades comunitárias existentes na comunidade. Além das relações externas com entidades governamentais municipais, estaduais e federais e de estabelecimento de parcerias ONGs e com as lideranças comunitárias das demais comunidades ribeirinhas do Rio Parauari. Na figura 01 apresenta-se a modalidade de relação sociopolítica entre entidades comunitárias, no contexto interno e externo à comunidade de Mucajá.

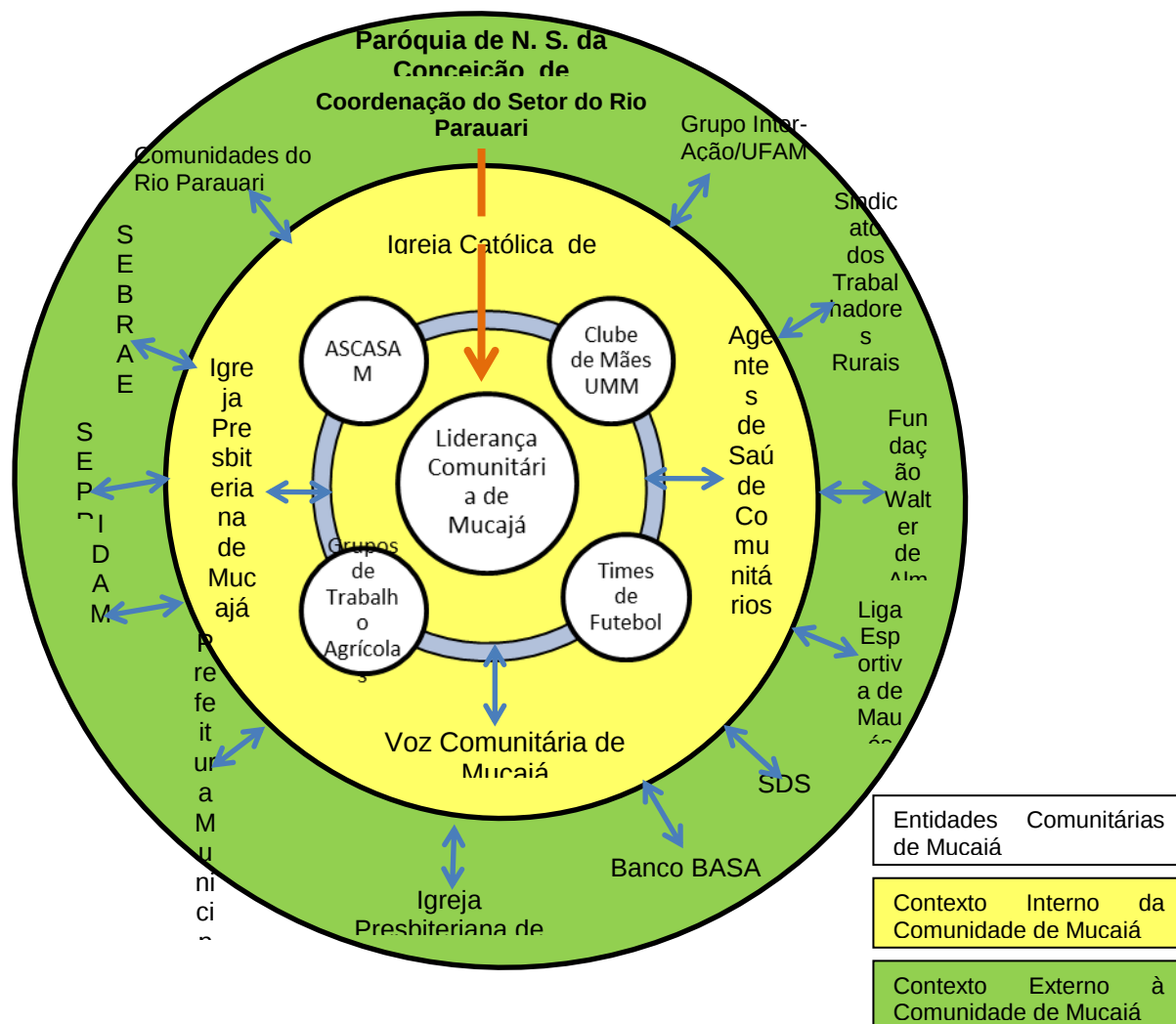


Figura 01: Organograma da relação sociopolítica entre entidades comunitárias, no contexto interno e externo à comunidade de Mucajá

Vale destacar, que esta inter-relação não ocorre de forma harmônica, há também conflitos de interesses e correlações de força, tanto no âmbito interno, quanto externo as entidades comunitárias locais. De acordo com o presidente da ASCASAM “[...] alguns grupos de produção agrícola não se unem com a liderança da comunidade, porque não querem dividir os benefícios que recebem com os demais comunitários, querem tudo somente para seu grupo”.

Nos seus estudos sobre a organização sociopolítica no contexto comunitário

rural, Chaves (2001) também destaca que nas diversas modalidades de organização política comunitária as relações sociais estabelecidas no interior das entidades comunitárias estão vinculadas ao processo participativo, no qual ocorre a partilha de responsabilidades e de negociação entre comunitários, bem como as tensões entre os agentes sociais comunitários, decorrente da necessidade de arregimentar suas capacidades para a construção de alternativas viáveis à melhoria qualidade de vida.

Apesar dos conflitos de interesses e dos objetivos diferenciados entre as entidades comunitárias da comunidade Mucajá, a presidente da comunidade de Mucajá destacou que no período de sua gestão, buscou mobilizar os grupos de produção agrícola, os times de futebol e o clube de mães UMM para desenvolverem suas ações de forma integrada. A mesma informou que a maioria das lideranças comunitárias se envolveu neste trabalho coletivo, mas não houve um engajamento efetivo dos membros das entidades comunitárias envolvidas.

A participação dos agentes sociais é um dos principais elementos mobilizadores no desenvolvimento das atividades coletivas na comunidade. Chaves (2003) defende, em seus estudos, que a participação se constitui num processo de conscientização, da organização e da capacitação contínua e crescente dos atores sociais.

Deste modo, a participação das lideranças comunitárias no desenvolvimento de ações conjuntas, embora nem sempre ocorra de forma efetiva, mas diversas conquistas foram alcançadas no âmbito da mobilização comunitário e na aquisição de bens e serviços sociais para a comunidade com a mobilização da liderança comunitária. A presidente destacou que, nos últimos 05 (cinco) anos, muitas conquistas foram alcançadas, dentre elas destacam-se:

- 1) A aquisição de mais equipamentos e insumos agrícolas (fornos de farinha, enxadas, rabetas e carrinhos de mão para transportar a produção, motor de

cevar mandioca, dentre outros), que ajudaram a ampliar a produção agrícola na comunidade e resultaram na geração de renda para as famílias na comunidade;

- 2) A inserção do Programa Jovens e Adultos na escola da comunidade resultou no aumento do número de comunitários que concluíram o ensino fundamental e médio na comunidade;
- 3) A produção de energia elétrica para as residências dos comunitários que moram na sede da comunidade, com a aquisição de um motor gerador de energia elétrica à Diesel;
- 4) A parceria com o Grupo Inter-Ação da Universidade Federal do Amazonas, cujo trabalho desenvolvido possibilitou o fortalecimento dos grupos de produção, principalmente do clube de mães, a partir dos cursos de capacitação/instrumentalização realizados com as lideranças e os comunitários;
- 5) A construção do poço artesiano, com a distribuição de água para quase todas as casas localizadas na sede da comunidade.

Além destas conquistas, a líder da comunidade ressaltou que algumas lideranças comunitárias estão buscando se articular para garantir que Mucajá, como uma das comunidades do entorno da Floresta Estadual de Maués, possa obter o acesso aos bens e serviços sociais com a implantação do Plano de Gestão Participativa da Floresta Estadual de Maués.

Para tanto, embora a comunidade de Mucajá seja mais antiga que a sede do município de Maués e seja considerada a comunidade pólo do Rio Parauari, no âmbito da organização sociopolítica observou-se que o processo de formação das entidades

organizativas comunitárias é muito recente. Além disso, os comunitários enfrentam muitos desafios para o estabelecimento de práticas coletivas, se comparada à Ebenezer.

A organização sociopolítica é formada a partir de empreendimentos comunitários geridos pela própria liderança comunitária com o apoio dos demais comunitários. Assim como a comunidade de Mucajá, na comunidade de Ebenézer são estabelecidas relações externas com entidades governamentais municipais, estaduais e federais e de estabelecimento de parcerias ONGs e com as lideranças comunitárias das demais comunidades ribeirinhas do Rio Parauari, como pode ser observado na Figura 02:

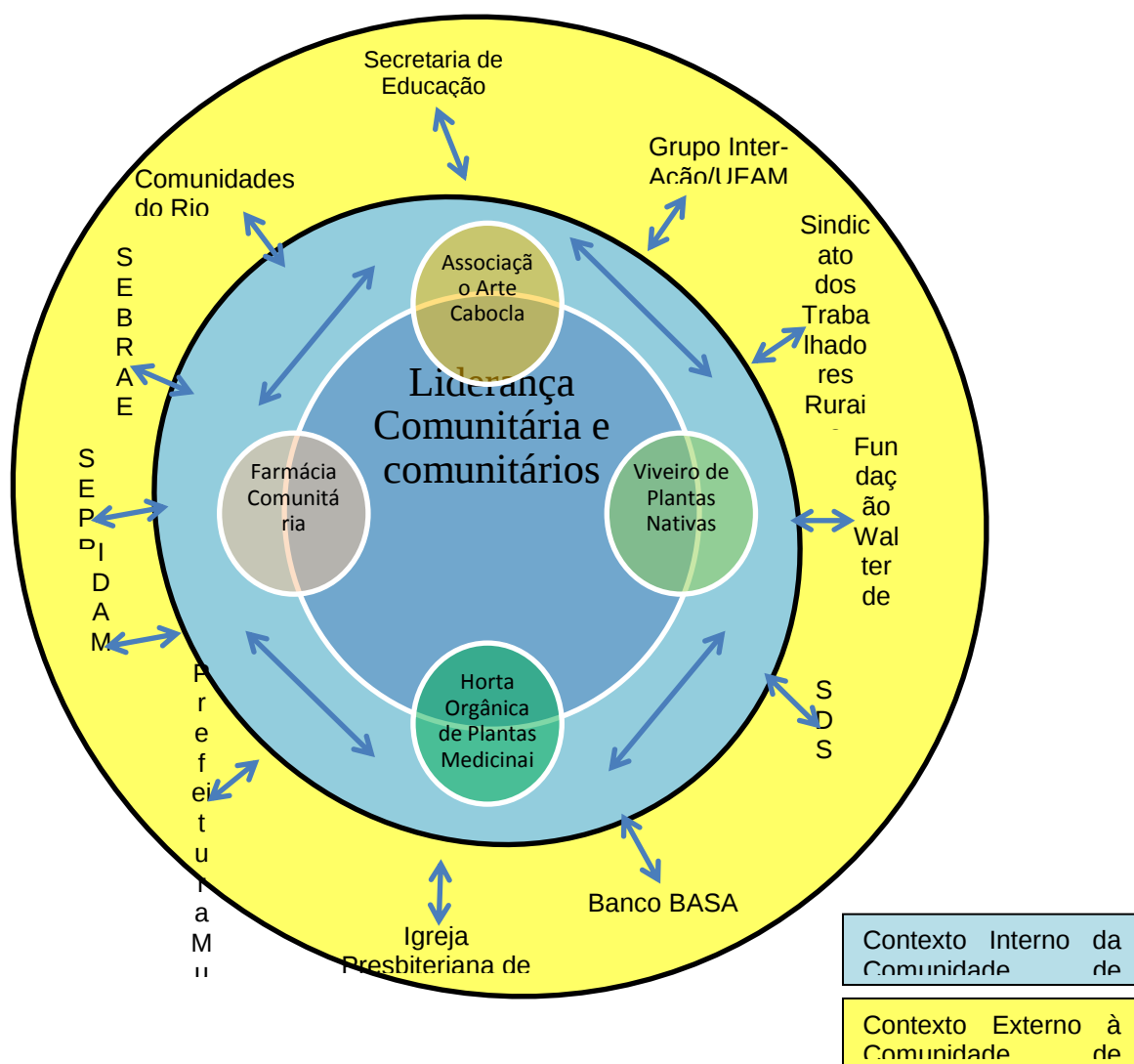


Figura 02: Organograma da relação sociopolítica entre entidades comunitárias, no contexto interno e externo à comunidade de Ebenézer

Na comunidade Ebenézer observou-se que a liderança da comunidade é mais centrada no presidente da comunidade e na secretaria. No entanto, os mesmos vêm buscando desenvolver diversas estratégias de mobilização para envolver os demais comunitários nas atividades coletivas da comunidade, dentre as quais destacam:

1. A realização de reuniões e encontros comunitários mensais para avaliar e criar alternativas de melhoria para a comunidade;
2. As assembléias comunitárias, na qual todos os comunitários podem propor alternativas e tomar decisões, independente de serem membros da diretoria ou não;
3. A participação dos comunitários nos empreendimentos comunitários – Associação de artesanato Arte Cabocla, Viveiro de Plantas Nativas, Farmácia Comunitária de Plantas Medicinais, Horta comunitária, dentre outras;
4. A participação nas atividades religiosas, nos cultos dominicais;
5. A capacitação/instrumentalização que são realizadas pelo SEBRAE, Grupo Inter-Ação, SDS, IDAM, SEPROR, dentre outras instituições governamentais e ONGs que são parceiras.

A comunidade é considerada pela prefeitura local como uma comunidade referência em termos de organização de empreendimentos comunitários, pois é a primeira comunidade ribeirinha do município a criar uma Associação de artesanato Arte Cabocla, Viveiro de Plantas Nativas, Farmácia Comunitária de Plantas Medicinais, Horta comunitária de plantas medicinais.

Estes empreendimentos são também reconhecidos pela Universidade Federal do

Amazonas, por meio das ações de pesquisa e extensão universitária desenvolvidas pelo Grupo Inter-Ação desde 2002, como Tecnologias Sociais que podem ser apropriadas e aplicáveis em outras comunidades ribeirinhas da região, com reconhecimento internacional pela E N o L L European Network of Living Labs.

Estes empreendimentos comunitários fazem parte de um projeto de organização comunitária desenvolvido pela liderança da comunidade em parceria com o Grupo Inter-Ação/UFAM. O propósito deste projeto é desenvolver ações coletivas voltadas para o acesso a bens e serviços e a sustentabilidade socioambiental da comunidade. Conforme pode ser observado no relato do presidente da comunidade:

[...] na nossa comunidade queremos fazer um trabalho que beneficie todos os comunitários, como a questão acesso aos bens sociais como a bolsa escola, bolsa família, bolsa floresta. E que também sirva para a preservação dos recursos da floresta.

Além deste projeto comunitário, como agente comunitário de fiscalização da Floresta Estadual de Maués, o líder da comunidade vem empreendendo esforços para disseminar esta proposta para outras comunidades rurais. No entanto, ao mesmo tem enfrentado muitos desafios, dentre os quais se destacam:

1. o aumento do tráfico de drogas dentro e no entorno da comunidade;
2. da extração predatória de madeira por parte dos madeireiros na área da Floresta Estadual de Maués;
3. as ameaças pessoais de morte por parte dos madeireiros e demais comunitários da área.

Para tanto, na comunidade de Ebenézer ainda que a organização comunitária seja centrada na atuação do presidente e da secretaria da comunidade, mas observou-se que esta atuação extrapola o contexto comunitário de Ebenézer. O presidente desta

comunidade é reconhecido pelas demais lideranças comunitárias, como um dos presidentes comunitários mais ativos e de credibilidade no Rio Parauari, o mesmo relatou que é bastante convidado para participar dos encontros e reuniões em outras comunidades para apresentar a sua experiência com a criação dos empreendimentos comunitários.

Desta forma, verificou-se que a organização sociopolítica da comunidade de Ebenézer repercute na dinâmica organizativa das demais comunidades ribeirinhas, pois algumas lideranças comunitárias das comunidades que fazem parte, ou estão no entorno da Floresta Estadual de Maués, também estão tomando como referência a organização sociopolítica da comunidade de Ebenézer.

Nas comunidades Santo Antonio de Mucajá e Ebenézer, dentre as articulações políticas externas realizadas pelas lideranças comunitárias, destaca-se a participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tanto das lideranças comunitárias, quanto dos membros das entidades comunitárias. Estes agentes sociais se organizam como produtores rurais como estratégia sociopolítica para obterem acesso a Bens e Serviços Sociais, principalmente equipamentos e insumos agrícolas, assim como acesso aos programas da Previdência Social destinados aos produtores rurais (Aposentadoria).

Deste modo, percebe-se o significativo número de grupos de produção e de associação comunitárias agrícolas que atua nas referidas comunidades. As lideranças comunitárias não atuam desvinculadas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelo contrário fazem parte do processo de mobilização dos produtores rurais se vincularem ativamente nas atividades realizadas pelo sindicato (reuniões, assembléias, cursos de capacitação, dentre outros).

Na análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués, percebeu-se como elementos constitutivos e instituintes da dinâmica organizativa

interna e externa das comunidades estudadas: práxis social e política, gestão comunitária e participação.

- a) **Práxis Social:** considerada por Marx como categoria central para se compreender a dinâmica organizativa dos movimentos sociais, a práxis social que se constitui também como principal elemento dinamizador na organização política comunitária. É por meio da mesma que as lideranças comunitárias desenvolvem sua capacidade reflexão-ação-reflexão crítica diante de suas condições concretas, no estabelecimento das suas relações sociais e políticas no contexto comunitário e no desenvolvimento das estratégias de mobilização sociopolítica comunitária.
- b) **Práxis Política:** trabalhada por Lênin como principal categoria de análise para analisar a dinâmica dos movimentos sociais em sua luta pela hegemonia sociopolítica, a práxis política também pode ser utilizada como elemento analítico-explicativo na abordagem da organização sociopolítica comunitária. Esta modalidade de práxis é fator fundante na formação da consciência política, a mesma se concretiza a partir do agir político e do engajamento das lideranças comunitárias e dos demais comunitários nas diversas modalidades de práticas coletivas na luta pela garantia de acesso a Bens e Serviços Sociais (habitação, saúde, educação, transporte, dentre outros) e pela melhoria da qualidade de vida.
- c) **Gestão Comunitária:** A mesma compreende as diversas modalidades de organização do trabalho comunitário coletivo, no qual se mesclam forças políticas, econômicas, sociais e culturais instituídas na trajetória de constituição da comunidade, a partir de um processo participativo. (CHAVES, 2001). Nas comunidades estudadas, a gestão comunitária ocorre por meio das relações

sociais estabelecidas entre as entidades comunitárias (associação, grupos de produção agrícola, empreendimentos comunitários, times de futebol e clubes de mães) e grupos domésticos familiares.

- d) Participação: Se constitui em um exercício coletivo de tomada de decisões e de gestão das ações, definidas e implementadas pelas lideranças comunitárias e os comunitários por meio da articulação de forças sociais comuns, no contexto interno e externo às comunidades (SOUZA, 1996; CHAVES, 2001). Por tanto, é o principal elemento dinamizador da organização sociopolítica comunitária, embora a mesma ocorra de forma diferenciada em cada comunidade estudada.

É imperativo destacar, que estes elementos no plano concreto do contexto comunitário, *locus* do estudo, não estão desvinculados um dos outros, pelo contrário eles se entrecruzam como elementos constituintes da dinâmica organizativa comunitária. Estes elementos fazem parte das diversas dimensões (econômica, cultural, sociohistórica e ambiental) que constituem o modo de vida da população ribeirinha. Como pode ser visualizado na Figura 03:

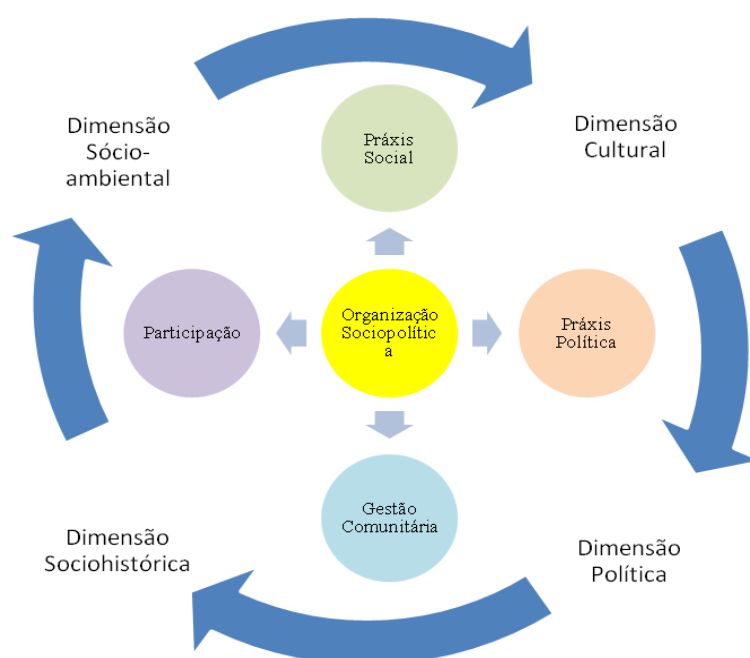


Figura 03: Elementos constitutivos e instituintes da organização comunitária

No contexto comunitário, estes elementos embora tenham sido construídos para o estudo dos movimentos sociais no patamar global, os mesmos podem ser apropriados para a análise da organização sociopolítica no patamar concreto do contexto comunitário, desde que sejam realizadas as devidas considerações em relação às singularidades e a dinâmica sociohistórica de cada contexto.

No estudo, observou-se que estes elementos estão presentes de modo articulado nas diversas dimensões da realidade (econômica, cultural, sociohistórica e ambiental) nas comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer. Nestas comunidades os mesmos fazem parte da dinâmica cotidiana da vida comunitária, se incorporam nas diversas formas de mobilização comunitária (associações comunitárias, grupos de produção, times de futebol, clubes de Mães, dentre outras).

Para tanto, a organização sociopolítica comunitária nas comunidades ribeirinhas Amazônicas não poder ser vista apenas como práticas coletivas cotidianas e reiterativas, mas como uma práxis social e política, construída a partir do processo sociohistórico de sociabilidade entre os agentes sociais no âmbito interno e externo ao contexto comunitário. Neste processo são arregimentadas forças políticas que se mesclam em torno de interesses comuns e divergentes no plano social local, e ao mesmo tempo forjam as bases de formação e institucionalização das mobilizações dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do debate acadêmico e científico, embora o contexto amazônico se constitua como um dos principais objetos de discussões nacionais e internacionais, poucos estudos consideram as particularidades do processo de organização sociopolítico das comunidades ribeirinhas. A pertinência em participar do debate acadêmico atual sobre as formas de organizações políticas da sociedade civil se expressa pela própria trajetória sócio-histórica de lutas, pelas quais diversos movimentos sociais enfrentam, e criam formas de resistência, enquanto outros emergem, ampliando-se e tomando novas configurações sócio-políticas e exercendo diferenciadas estratégias de atuação e de mobilização.

Sobretudo, no contexto Amazônico há necessidade de produzir e aprofundar os estudos acadêmicos sobre esta temática. Amazônia é constituída por diversas lutas de resistência e de emancipação política dos agentes sociais locais por direitos à permanência em seus territórios, ao uso dos recursos naturais disponíveis (fauna e flora), ao reconhecimento de sua identidade cultural, ao acesso a bens e serviços sociais (saúde, educação, transporte, emprego, habitação, água, recursos energéticos) (CHAVES, 2001). Entretanto, os estudos realizados sobre a região amazônica concentram seus debates na dimensão ambiental e sócio-cultural, comparativamente ao debate sobre outros temas, poucos se dedicam a discutir a dimensão sócio-política e as práticas de organizativas desenvolvidas pelos agentes sociais ribeirinhos.

A organização sociopolítica comunitária se constitui como uma modalidade de mobilização social coletiva que objetiva a construção de alternativas coletivas para a

melhoria da qualidade de vida. Deste modo, a organização sociopolítica comunitária nas comunidades Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer em suas múltiplas manifestações (associações de comunitários, clube de mães, ligas esportivas, centros sociais, entre outros se, configuram como processos sociais).

É importante destacar que no contexto das comunidades ribeirinhas *locus* do estudo, as organizações comunitárias objetivam, sobretudo, reivindicar direitos sociais e lutam por acesso a bens e serviços sociais, como: saúde, educação, transporte, energia elétrica, entre outros por melhores condições de vida. Nelas, as relações estabelecidas pelos agentes sociais são heterogêneas e complexas, pois são geradas numa conjuntura social contraditória que se expressa por meio da dinamicidade do processo sociohistórico.

Este estudo permitiu perceber que as lideranças comunitárias, participante do estudo, buscam representar e defender as propostas das entidades organizativas as quais fazem parte, com a finalidade de torná-las referência no local para que suas ações sociais sejam reconhecidas pelo poder público, e ampliada. Pode-se afirmar que estes agentes sociais, atuam na defesa dos interesses comunitários mediante da práxis social, buscam alternativas coletivas, por meio da realização de ações sócio-educativas (eventos sócio-culturais e esportivos) e assembléias comunitárias.

Pode-se afirmar, então, que a atuação das lideranças comunitárias diz respeito à busca de melhores condições de sobrevivência, em que os líderes e comunitários são agentes fundamentais para a mobilização da comunidade na construção de alternativas de enfrentamento das problemáticas locais.

A organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Ebenézer e de Santo Antônio Mucajá do município de Maués/AM, perpassa pelas seguintes dimensões: a identidade étnico-cultural dos agentes sociais locais, a sua trajetória social e histórica, as

práticas religiosas, as formas de lazer, a relação com a natureza no manejo dos recursos naturais, bem como as relações sociais que são estabelecidas internas e externas ao contexto comunitário, tendo vista que as mobilizações sociais se expressam tanto no âmbito interno como por meio de reivindicações pela efetivação de seus direitos e meios para atendimento das necessidades básicas.

No contexto das comunidades estudadas, a organização sociopolítica se expressa para além do exercício coletivo de tomada de decisões e de gestão das ações comunitárias para atendimento das necessidades básicas, mas se articula as manifestações culturais, religiosas, atividades produtivas e econômicas e a práticas de sustentabilidade socioambiental local, definidas e implementadas pela população comunitária por meio da articulação de forças sociais comuns, dentro e fora da comunidade.

A organização comunitária nas comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer constitui-se a partir de diversas de manifestações sócio-políticas que se interrelacionam, formando uma rede complexa de relações e alianças políticas internas e externas às referidas comunidades, a mesma não se constitui somente como atividades cotidianas, realizadas de maneira naturalizada, mas são também ações política e socialmente construídas a partir da tomada de consciência dos agentes sociais em relação aos seus problemas locais e da mobilização social para superação dos mesmos.

A análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas Santo Antônio de Mucajá e Ebenézer no município de Maués possibilitou perceber elementos de análise significativos que devem ser considerados no debate sobre a organização sociopolítica no contexto comunitário Amazônico, quais sejam:

1. A comunidade não deve ser definida como uma conjuntura social isolada, ou como um contexto social com elementos distintos de uma conjuntura mais

ampla, pois é um espaço social que expressa o cotidiano dos agentes sociais, no qual se fazem presentes processos sociais diversos, perpassados por contradições e correlações de forças.

2. A organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas ocorre de modo diferenciado, pois cada comunidade possui uma dinamicidade particular, tendo em vista que o contexto comunitário é construído segundo as determinações sócio-históricas, culturas e políticas engendradas pelas relações dos agentes sociais que a compõem.
3. Na análise das modalidades específicas da organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas Amazônicas é necessário considerar a sua constituição histórica, as relações sociais, a dinâmica sociocultural, as modalidades de produção e reprodução econômica e social estabelecidas no contexto interno e externo às comunidades ribeirinhas.
4. Assim como, é necessário considerar a peculiaridade de cada comunidade aprofundar e ampliar o debate sobre a dinâmica atual da articulação das organizações políticas locais com os movimentos sociais na Amazônia em face aos diversos dilemas e problemáticas sócio-ambientais desta região, principalmente no que corresponde precariedade de acesso a bens e serviços sociais – saúde, educação, transporte, saneamento básico, dentre outros - dos agentes sociais do meio rural.

As organizações sócio-políticas são dinâmicas, sendo perpassadas por contínuas transformações. No que se refere às estratégias sócio-políticas de mobilização das lideranças comunitárias no acesso a bens e serviços, às comunidades citadas se

organizam em associações comunitárias, grupos de produção agrícola, times de futebol e clube de mães. Estas estratégias fazem parte de uma complexa rede de relações sociais estabelecidas no contexto interno e externo à comunidade, neste contexto se articulam forças políticas, econômicas e culturais, que se apresentam como processos de resistência pacífica e/ou de luta para garantir o acesso aos recursos necessários à reprodução da vida material e social.

A organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Maués se constituem a partir de um processo de sociabilidade, no qual se destacam como principais elementos constituintes e instituintes da dinâmica organizativa comunitária: a práxis social e política, a gestão comunitária e a participação. Estes elementos, no plano concreto do contexto comunitário não estão desvinculados um dos outros, pelo contrário eles se entrecruzam como elementos constituintes da dinâmica organizativa comunitária. Estes elementos fazem parte das diversas dimensões (econômica, cultural, sociohistórica e ambiental) que constituem o modo de vida da população ribeirinha.

Portanto, pode-se afirmar que este estudo não pode ser absolutizado e acabado, pois o conhecimento construído não possui um fim em si mesmo, mas o mesmo consiste, em que pese seus limites, em colaborar para a ampliação do debate sobre a organização sócio-política das lideranças comunitárias para a produção de conhecimentos e de elementos analítico-explicativos que possibilitem realizar uma leitura das singularidades da dinâmica organizativa das comunidades ribeirinhas e subsidiem para uma intervenção mais coerente às necessidades e interesses dos agentes sociais ribeirinhos da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/municipios.htm>> Acesso em: 13 novembro de 2009.

CAMPOS, Anelise Rondon de. Análise da Atuação da Mulher Ribeirinha na Comunidade Santo Antônio de Mucajá em Maués/AM. – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2008

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado, 2001.

_____. et al. Processo Sócio-Educativo de Organização Comunitária para a Cidadania no município de Maués/AM. Projeto de Extensão Processo Sócio-Educativo de Organização Comunitária para a Cidadania nos municípios de Codajás, Maués, Manaus/AM – MEC/SESE. Manaus: UFAM, 2003. Relatório Final de Extensão.

_____. et al. Ações Sócio-educativas de Arte e Cultura: Combate a Exclusão Social e Construção da Cidadania na Colônia Antônio Aleixo, na Cidade de Manaus, no Amazonas. In: XI Congresso Brasileiro de Assistente Social e III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, 2004, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Centro de Convenções, 2004.

_____. et al. As Condições de Vida e de Uso dos Recursos pelos Moradores do Parque Nacional do Jaú. In: BORGES. Sérgio Henrique et al. Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2004.

_____. et al. Formas de Manejo dos Recursos Naturais e do Acesso às Políticas Públicas pelas Populações Ribeirinhas de Maués/AM. Projeto de Pesquisa Estudo das Formas de Manejo dos Recursos Naturais e do Acesso às Políticas Públicas pelas Populações Ribeirinhas de Maués/AM. Edital CNPq - 50/2007. Manaus: UFAM, 2009. Relatório Final de Pesquisa.

CHIAVENATO, Júlio José. Cabanagem, o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In. Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. CASTRO, Edna; PINTON, F. (orgs.). Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997. p. 315 - 347

_____. O mito moderno da natureza intocada. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FARACO, Raphael. Maués: terra, gente e memórias. Manaus: Valer, 2006.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

GADEA, C. A., SCHERER, Ilse Warren, I. Alain Touraine e a democracia na América Latina. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 220, p. 9-18, nov.-dez, 2005.

GADOTTI, Moacir. A Escola Cidadã. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. ed. 3. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. ed. 4. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1992

KLEINSCHMIDT, Carin; SILVA, Maria da Silva. Movimento Popular e Serviço Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LENIN, Vladimir Iliche. O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução. Trad. Javert Monteiro. São Paulo: Global, 1987.

LIRA, Talita de Melo. Análise das condições de acesso aos Programas de Assistência Social pelas comunidades de Mucajá e Ebenezer em Maués/AM. – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2008.

MARIN, Rosa ELizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) Populações tradicionais Questões de terra na Pan-Amazônia. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006

MARX, Karl. O Capital - Crítica da Economia Política: o processo do Capital. Vol. II. 11 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 6 ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1991.

_____. A ideologia Alemã. Trad. Luis Claudio Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. O manifesto comunista. 7 ed. Trad. Maria Lucia. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1998.

MELO, Thiago de. Faz escuro, mas eu canto. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3 ed. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. Vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM. Tese de Doutorado. Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIOTEC/UFAM, Manaus-AM, 2008

SCHERER, Ilse Warren. Movimentos Sociais: Um ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

_____. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

SHIRAISHI, Joaquim. Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Org. Manaus: UEA, 2006.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Touraine, Alain. Palavra e sangue: política e sociedade na America Latina. São Paulo: Inicamp, 1989

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos / tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.